

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
ANFIP

Depois do CNU: Banco do Brasil, Correios e INSS, veja os concursos com edital previsto3

PORTAL ANÁPOLIS - ANÁPOLIS - GO - NOTÍCIAS
ANFIP

Líder do governo na Câmara recebe representações das Carreiras de Estado6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Seguradora vence no Carf disputa sobre PIS e Cofins7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

"Aumentar impostos é inconcebível"9

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Nova reforma da Previdência se tornou mais urgente (Editorial) 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Retomada do desenvolvimento - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI13

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que a economia tem crescido mais do que o esperado? 14

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão debate impacto da reforma tributária na saúde e educação 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O fascínio da riqueza nas redes e na política - FERNANDO GABEIRA 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bancos devem fornecer dados de clientes ao Fisco 21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O STJ e a revisão de decisões do Carf - OPINIÃO JURÍDICA 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

Entenda como o PIB superou as estimativas 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bancos e governo discutem "reforma" para crédito imobiliário voltar a crescer29

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

"Subir a Selic não é o único cenário possível" 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Emprego sinaliza estabilidade, mas pode ter "virada" em2025.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
COP29 conta com apoio do G20 para avanços.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Preço de importações cai e reduz pressão do dólar (Editorial).....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Taxa de juros no Brasil e o regime fiscal (Artigo).....	40

Depois do CNU: Banco do Brasil, Correios e INSS, veja os concursos com edital previsto

Após a realização do Concurso Nacional Unificado (CNU), quem está estudando para concursos públicos federais vive a expectativa de que novos editais sejam publicados ainda em 2024. Na semana passada, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, confirmou a possibilidade de que outros processos seletivos sejam anunciados neste mês de setembro.

Nos cursos preparatórios, os concurseiros estudam a todo vapor, a fim de garantirem uma boa colocação. Para ajudar os candidatos, o GLOBO preparou um guia com informações sobre processos seletivos que já foram autorizados ou que aguardam autorização. E faz uma projeção do que pode ser divulgado até dezembro, segundo especialistas do setor.

Muitos órgãos já assinalaram que têm carência de funcionários e precisam suprir essa demanda, o que gera a expectativa de anúncio de concursos.

Segundo o professor Eduardo Cambuy, do Gran Concursos, o Banco do Brasil (BB) deve abrir processo seletivo em breve, porque já foram chamados os classificados e os que aguardavam convocação no cadastro de reserva da disputa que ocorreu em 2022.

Também é esperada uma nova seleção do Ministério Público da União (MPU), já que, no próximo dia 27, terminará o prazo de validade do processo seletivo realizado em 2018. Outras possibilidades são as seleções do Superior Tribunal Militar (STM) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), para técnicos e analistas, com salários de R\$ 8.500 a R\$ 13.900. Mas ainda não há muitas informações a respeito dessas.

- O novo concurso vai acontecer porque o BB já esgotou o cadastro de reserva do concurso de 2022. Todos os esforços são para o edital seja publicado este ano, pois o contrato que o banco tem com a Fundação Cesgranrio (organizadora) será encerrado em 11 de dezembro de 2025, sem possibilidade de prorrogação - diz Marco Brito, diretor pedagógico da Degrau Cultural.

Segundo ele, é preciso que haja tempo suficiente para que as inscrições sejam recebidas, as provas sejam aplicadas, os prazos recursais sejam cumpridos e o resultado seja divulgado, de forma que o concurso

Banco do Brasil seja homologado antes do fim do ano que vem:

- Mais do que isso: é necessário que exista uma boa margem de segurança entre a divulgação do edital e o término do prazo de validade, pois imprevistos podem acontecer, como por exemplo a necessidade de alteração da data da prova, em função de condições climáticas, como ocorreu com o Concurso Nacional Unificado, cujas avaliações tiveram que ser adiadas de maio para agosto. Por isso, tudo caminha para que o edital do novo concurso Banco do Brasil, para a carreira de escriturário, seja divulgado ainda este ano. Na minha visão, as provas deverão acontecer no primeiro trimestre de 2025.

O concurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos já foi confirmado. O edital deve sair ainda neste mês. Segundo a empresa, a maioria das vagas (3.099) será para o cargo de agente dos Correios, que exige nível médio, com salário inicial de R\$ 2.429,26. De nível superior, serão 369 postos de analista, com rendimento de R\$ 6.872,48.

Dentro do cargo de agente dos Correios, os selecionados trabalharão como carteiros, operadores de triagem e transbordo, atendentes comerciais e no suporte. Já a função de analista contemplará administradores, advogados, analistas de sistemas, arquitetos, bibliotecários, contadores, economistas, engenheiros, estatísticos, museólogos, pedagogos e psicólogos, entre outros.

O último concurso realizado pela empresa ocorreu em 2011. A banca organizadora foi o então Cespe/UnB (hoje Cebraspe). Os interessados pagaram uma taxa de inscrição de R\$ 32. No total, foram contratadas nove mil pessoas que preencheram vagas disponíveis em todas as capitais e em centenas de cidades.

A seleção do Banco do Brasil deve oferecer vagas de início imediato e formação de cadastro de reserva em todos os estados. A expectativa é que o maior número de oportunidades seja para a função de escriturário, que exige nível médio, composta por duas especialidades: agente comercial (atuação bancária) e agente de tecnologia. O salário inicial da carreira atualmente é de R\$ 3.788, para 30 horas semanais, mais benefícios.

O último concurso para o Banco do Brasil aconteceu em 2023, organizado pela Fundação Cesgranrio. Foram abertas quatro mil vagas e mais duas mil em cadastro de reserva. O valor da inscrição foi de R\$ 50. Mais de um milhão de pessoas se inscreveram na seleção.

O governo federal já autorizou o concurso. Serão 460 vagas para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente de dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela fiscalização e pelo licenciamento ambiental em âmbito federal, sendo 330 para analista ambiental e 130 para analista administrativo. As duas funções exigem nível superior. Os ganhos podem chegar a R\$ 10.735, incluindo gratificações e auxílio-alimentação.

O Ibama realizou seu último concurso em 2021, pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), quando foram oferecidas 568 vagas - sendo 432 para ensino médio e 136 com exigência de ensino superior. Na época, as taxas de inscrição custaram R\$ 72,80, para técnico ambiental, e R\$ 104, para analista ambiental. Se inscreveram no concurso 151.062 candidatas. O cargo que teve maior procura foi o de técnico ambiental, com 108.041 inscritos.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de conservação federal, vai oferecer 350 vagas em seu novo concurso público - 230 para analista ambiental e 120 para analista administrativo. Nos dois casos, será necessário ter nível superior. A remuneração prevista é de R\$ 11.789,43, já incluindo benefícios.

O último concurso para o ICMBio ocorreu em 2021, com provas em 2022. Foram oferecidos 171 postos para os dois cargos. Para a função de técnico ambiental, a taxa de inscrição foi de R\$ 72,80. No caso de analista ambiental, o valor foi de R\$ 104.

A banca organizadora foi o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe). Se inscreveram no concurso 33.217 candidatas, sendo 15.128 para analista ambiental e 18.089 para técnico ambiental.

O Ministério Público da União (MPU) está em processo de escolha da banca organizadora de seu próximo concurso, com 355 vagas em diferentes cargos. As remunerações iniciais variam de R\$ 8.529 a R\$ 13.994.

No último concurso, realizado em 2018 e organizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), as

vagas oferecidas eram para os cargos de técnico (que pedia nível médio) e analista (que exigia nível superior em Direito). Havia oportunidades para diversos estados. As taxas de inscrição foram de R\$ 55 a R\$ 60. Se inscreveram na seleção 264.924 pessoas.

Na lista de concursos esperados está o do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**. Uma nova seleção para perito médico federal, com salário em torno de R\$ 16 mil, já foi autorizada. O edital com a oferta de 175 postos, ainda é esperado. Também é aguardado um concurso com chances de nível médio, para técnico, e de formação superior, para analista. Nessas áreas, há carência de pessoal.

O último concurso para o **INSS** aconteceu em 2022/2023 para o cargo de técnico do seguro social, com oferta de mil vagas de início imediato, mais 2.273 para cadastro de reserva, com remuneração de R\$ 5.900, distribuídas pelos 26 estados do país, além do Distrito Federal.

Foi organizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe). Os interessados pagaram R\$ 85 de taxa de inscrição. Mais de um milhão de pessoas se inscreveram.

Apesar de ainda estarem sendo chamados os aprovados que fizeram o concurso de 2022/2023, há expectativa de uma nova seleção da **Receita Federal**. Essa é uma reivindicação da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip)**, segundo a qual número de funcionários tem diminuído ano a ano.

O último concurso, organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ofereceu 230 vagas para auditor-fiscal da **Receita Federal**, com remuneração de R\$ 21 mil, e 469 postos para analista tributário, que paga em torno de R\$ 11 mil. As inscrições custaram R\$ 115 (analista) e R\$ 210 (auditor-fiscal). Concorreram ao cargo com maior salário 108.063 pessoas. Para o de menor remuneração, foram 56.674 candidatas.

A Polícia Federal deve divulgar, em breve, seu edital. A autorização para realização do concurso já foi solicitada. Estão previstas vagas para agente administrativo, de nível médio, além de oportunidades para administrador, arquivista, assistente social, bibliotecário, contador, economista, enfermeiro, estatístico, farmacêutico, médico, nutricionista, psicólogo, técnico em assuntos educacionais e técnico em comunicação social, todos cargos de nível superior.

No último concurso da instituição, que venceu em 2023, foram oferecidas 1.500 vagas para delegado, agente, escrivão e papiloscopista, com salários de R\$

12.522,50 a R\$ 23.692,74. As taxas de inscrição custaram R\$ 180 (agente, escrivão e papiloscopista) e R\$ 250 (delegado).

A banca organizadora foi o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e Promoção de Eventos (Cebbraspe). No total, 27.571 concorreram ao cargo de delegado federal; 222.631 a agente federal; 53.611 a escrivão; e 17.622 a papiloscopista.

Notícias Relacionadas:

GOIÁS 246

Depois do CNU: Banco do Brasil, Correios e **INSS**, veja os concursos com edital previsto

FOLHA DE PERNAMBUCO ONLINE - RECIFE - PE

Depois do CNU: Banco do Brasil, Correios e **INSS**, veja os concursos com edital previsto

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/09/depois-do-cnu-banco-do-brasil-correios-e-inss-veja-os-concursos-com-edital-previsto.ghtml>

Líder do governo na Câmara recebe representações das Carreiras de Estado

O mandato como líder do Governo nem começou e Major Vitor Hugo (GO) já deu início aos trabalhos para atender as necessidades do governo e de diversas classes. Além das visitas feitas aos ministros e líderes partidários, Vitor Hugo recebeu, nos últimos dias, lideranças sindicais das carreiras de Estado que apresentaram os seus pleitos em relação à reforma da Previdência, que será apresentada no Congresso Nacional ainda neste ano.

Participaram do encontro representantes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**ANFIP**), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da Federação Nacional dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal (Fenale), do Sindicato dos servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis) e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

Na ocasião, as entidades reforçaram a importância do estabelecimento de um diálogo com o novo governo quanto a pontos essenciais da reforma para os **servidores públicos**. Além disso, foi entregue ao futuro líder do Governo uma nota técnica com uma análise da situação da Previdência Pública apontando sugestões.

Segundo Major Vitor Hugo, apesar de ainda não existir um texto concreto sobre a reforma da Previdência, o encontro foi oportuno para ouvir as necessidades dos sindicatos. "Os **servidores públicos** precisam ser valorizados, pois exercem um papel relevante para o país. As ansiedades e preocupações da classe serão sempre levadas em consideração.", finalizou.

Assessoria de Imprensa do Dep. Major Vitor Hugo

Kátia de Oliveira (Brasília) (61) 9.9235-1791

Keissiane Seabra (Goiás) (62) 9.8420- 6741

Site: <https://portalanapolis.com/lider-do-governo-na-camara-recebe-representacoes-das-carreiras-de-estado/>

Seguradora vence no Carf disputa sobre PIS e Cofins

Marcela Villar De São Paulo

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** excluiu da base de cálculo do PIS e da Cofins da Brasilveículos Companhia de Seguros, pertencente à Mapfre Brasil, os rendimentos obtidos com reserva técnica - ativos exigidos para garantir o pagamento de indenizações a clientes. A decisão, da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento, anulou uma cobrança de cerca de RS 20 milhões.

O acórdão é relevante por haver poucas decisões favoráveis aos contribuintes no tribunal administrativo. Na Justiça, há divergência, motivo pelo qual o tema foi afetado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para julgamento em repercussão geral (RE 1479774 ou Tema 1309).

A decisão também ganha importância por afastar a incidência dos **tributos** sobre gastos com a contratação de terceiros para a assistência 24 horas. É a primeira vez que o **Carf** se manifesta sobre a questão a favor das empresas, segundo advogados.

Os contribuintes e a **Receita Federal** discordam sobre a tributação em razão das diferentes interpretações sobre o conceito de faturamento. Para as empresas, por mais que os investimentos em reserva técnica sejam uma imposição legal - advinda da Lei nº 8212/1991 -, as receitas obtidas não decorrem da atividade típica empresarial, portanto, não seriam tributáveis.

Já a **Receita Federal** entende que esses rendimentos integram o conjunto de operações desenvolvidas pelas seguradoras. Portanto, fazem parte do objeto social e constituem receita bruta. No caso analisado pelo **Carf**, o órgão multou a empresa por suposta omissão de RS 90 milhões em receitas financeiras obrigatórias e RS 86,6 milhões referentes a pagamentos a terceiros pela assistência 24 horas a sinistros na base de cálculo dos dois **tributos**.

Prevaleceram os argumentos do contribuinte. Para o relator, conselheiro José Renato Pereira de Deus, a previsão legal não transforma os rendimentos obtidos com as aplicações compulsórias em atividade empresarial típica. "O fato de as receitas financeiras estarem relacionadas a investimentos previstos em lei como obrigatórios, não faz com que sejam

considerados como receitas típicas das seguradoras", diz ele, no voto (processo nº 16327.720020/2019-76).

Ele cita a definição de faturamento do STF, compreendida como "a totalidade das receitas auferidas com a venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços, ou seja, é a soma das receitas oriundas do exercício das atividades operacionais". Também lembra de três precedentes no **Carf** (acórdãos nº 3302-001.873, nº 3302-002.841 e nº 3401-002.708).

Sobre a assistência 24h, a seguradora defendeu que também não integra atividade típica, pois compõe uma "cesta de produtos oferecidos aos segurados", como "uma espécie de benefício". A fiscalização, porém, entende que esse serviço - como guincho e transporte - é "mero diferencial comercial que aparece com papel complementar no contrato de seguros", e deveria ser enquadrado como "liberalidade comercial oferecida pela seguradora, não sendo necessária, tampouco obrigatória".

Para o relator, a dedução é permitida pela **legislação tributária**, com respaldo nas normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep). "A definição de "sinistro", utilizada para essa dedução, está firmemente ancorada em normas de direito privado e é reconhecida tanto pela legislação quanto pela regulamentação específica da Susep", afirma. A turma foi unânime sobre esse segundo ponto. A respeito da reserva técnica, ficou vencido só o conselheiro Lázaro Antônio Souza Soares.

Advogados de contribuintes entendem da mesma forma. O tributarista Leandro Cabral, sócio do Vellozo Advogados, que atua pela Brasilveículos no caso, diz que a Lei nº 9.718/1998, que trata da base de incidência do PIS/Cofins, prevê a dedução da assistência 24 horas, no artigo 3º parágrafo 6º inciso II. "Não se trata de tese dos contribuintes, mas um direito assegurado pela lei", diz.

Para Cabral, a decisão do **Carf** se aplica inclusive para os casos posteriores à edição da Lei nº 12.973/2014, que, segundo ele, tentou ampliar a base de cálculo dos dois **tributos** federais. "As novas hipóteses da norma não abrangem receitas de reservas técnicas, então não justifica a incidência e não muda o resultado da decisão." Como argumento favorável, tributaristas

lembram do voto do ministro Dias Toffoli, do STF, ao julgar um caso da Axa Seguros. Essa ação, que não estava em repercussão geral, permitiu a incidência de PIS/Cofins sobre prêmios de seguros. Porém, nos embargos de declaração, Toffoli afirmou que a cobrança não deveria se estender aos ativos garantidores, citando parecer do ministro aposentado Cezar Peluzo. O impacto desse caso era de R\$ 26,9 bilhões, segundo estimativa na Lei de Diretrizes Orçamentárias (RE 400479).

O tributarista Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, lembra ainda que um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) chegou a reconhecer que essas receitas não eram operacionais, mas depois a Receita publicou uma solução de consulta dizendo o contrário. Para ele, não é possível a inclusão. "Não é receita operacional, porque é o cumprimento de uma obrigação regulatória. A empresa não tem autonomia para gerir esse dinheiro e precisa cumprir regras específicas", diz.

Segundo Faro, a jurisprudência na Câmara Superior do **Carf** é desfavorável "há bastante tempo" e o cenário também não é positivo no Tribunais Regionais Federais (TRFs). Ele tem duas decisões definitivas favoráveis sobre o assunto, de segunda instância. Na Câmara Superior do **Carf**, menciona caso recente que esteve em julgamento, mas foi suspenso por um pedido de vista do novo presidente, com placar em 4 a 3 para a União (processo nº 16682.722324/2017-67).

Advogados defendem ainda que a tese das seguradoras difere da que foi julgada em junho do ano passado de forma desfavorável para as instituições financeiras, no STF (Tema 372). Nesse caso, por maioria, os ministros entenderam que as receitas financeiras integram a atividade típica dos bancos, portanto, devem compor a base dos **tributos**.

Para as seguradoras, contudo, não poderia ser aplicada a mesma lógica. "Existe uma peculiaridade na prestação do serviço e na obrigação legal de ter esse ativo garantidor", diz Priscila Regina de Souza, sócia do Loeser e Hadad Advogados, acrescentando que "a decisão do **Carf** é muito coerente e está bastante alinhada com o conceito de receita bruta e faturamento". "Qualquer decisão diversa é não respeitar a própria legislação." Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição. A Mapfre informou, em nota, que "não comenta decisões judiciais".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979>

"Aumentar impostos é inconcebível"

» **RAFAELA GONÇALVES**

» ENTREVISTA // ÂNGELO CORONEL (PSD-BA), senador

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, entregue pelo governo ao Legislativo na semana passada, prevê o aumento de **impostos** para compensar as perdas com a desoneração da folha de pagamentos. A equipe econômica apresentou duas alternativas, o aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de empresas e a elevação dos **impostos** sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Ao Correio, o relator-geral do Orçamento, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), afirmou que um aumento de **impostos** é "inconcebível" e defendeu que o governo corte gastos para alcançar a meta fiscal. "O governo quer arrecadar mais, é louvável, mas não pode sacrificar também as empresas do Brasil", ponderou.

A proposta manteve a previsão de déficit zero para 2025. O Executivo estimou a arrecadação em R\$ 166 bilhões no próximo ano, mas o montante considera valores potenciais relacionados a propostas ainda pendentes no Legislativo, bem como resoluções de conflitos na Justiça. A equipe econômica projeta arrecadar R\$20,947 bilhões com as majorações da alíquota do imposto de renda sobre o JCP e das alíquotas da CSLL.

Para o relator, a meta é "possível". No entanto, com o aumento de **impostos**, não há clima no Congresso para este aumento de **tributos**. "O que eu sinto aqui dentro do Congresso é que a grande maioria que eu tenho conversado não é favorável ao aumento de **impostos**. O governo deveria se preocupar em cortar despesas, não sacrificar as empresas brasileiras", disse.

Ângelo Coronel falou ainda sobre o rombo previdenciária, cujas despesas chegaram à marca de R\$ 1 trilhão no próximo ano e defendeu uma reforma estruturante. "Nós temos que procurar agilizar uma nova reforma previdenciária, juntamente com a reforma administrativa, como já estamos fazendo a **reforma tributária**. Eu acho que as reformas têm de andar concomitantemente, porque não adianta mexer em uma sem também atacar o outro ponto." Segundo ele, antes da discussão da peça orçamentária, a prioridade é a resolução do imbróglio das emendas parlamentares. "Vamos agora ver esta questão das

emendas de comissão, que são as emendas que estão causando o maior problema", destacou. Leia a entrevista completa.

Quais as primeiras percepções sobre a peça orçamentária?

O governo prevê um aumento de receitas, principalmente com base em alta da carga tributária, em imposto sobre as empresas e também aumento do Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras.

Como que o senhor avalia isso?

O governo está com essa colocação de aumento de **impostos** e eu sinto que a grande maioria aqui do Congresso não é favorável. Se o governo quer ampliar a receita, sou mais a favor de tentar reduzir despesas, não ampliar **impostos** e sacrificar o parque industrial comercial brasileiro. Já temos uma das cargas de tributo mais alta do mundo e não podemos ser coniventes com este aumento desenfreado, é inconcebível. Nesta peça consta o aumento do imposto de renda sobre o JCP, que é o juros do capital próprio, além do aumento de percentual da CSLL, que é a contribuição social sobre o lucro líquido. O governo quer arrecadar mais, é louvável, mas não pode sacrificar também as empresas do Brasil. Eu sempre digo: são as empresas que geram os **impostos**, são as empresas que geram empregos, então, não podemos ficar matando a galinha dos ovos de ouro. O governo deveria se preocupar em cortar despesas, não sacrificar as empresas brasileiras. Esperamos que, ao longo destes três meses, possamos chegar a um consenso a respeito disso.

O governo inclusive tentou emplacar este aumento do JCP agora nas medidas compensatórias para a desoneração da folha...

Esse projeto da JCP, eu fui relator no governo passado e me posicionei contra, minha opinião não foi mudada. Eu sou contra a elevação de uma carga tributária no Brasil, que já tem uma das maiores do mundo.

O aumento dos gastos previdenciários, que são despesas obrigatórias, tem gerado preocupação no orçamento do próximo ano. O texto prevê que os gastos com benefícios pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) vão crescer 9% em 2025, ultrapassando a marca de R\$ 1 trilhão. Como o senhor avalia essa questão, tendo em vista que as despesas

com a previdência já motivaram bloqueios no orçamento este ano?

A previdência no Brasil é uma situação muito delicada. Para se ter ideia, hoje, a cada quatro pessoas, três pagam previdência e só uma recebe aposentadoria. Mas daqui a mais 30, 35 anos, já tem uma previsão que até os anos de 2070, aproximadamente, já vai ser o inverso. Vão ser três recebendo aposentadoria e um só pagando. Isso vai virar um caos total. Nós temos de procurar agilizar uma nova reforma previdenciária, juntamente com a reforma administrativa, como já estamos fazendo a **reforma tributária**. Eu acho que as reformas têm de andar concomitantemente, porque não adianta mexer em uma sem também atacar o outro ponto. Vamos ter que dialogar muito neste final de ano com os relatores da peça orçamentária para que a gente possa chegar a um bom termo.

E a resolução para as emendas parlamentares, como está?

Nós temos que trabalhar agora nessa questão da manutenção das emendas, que está gerando polêmica. As emendas impositivas individuais, emendas de bancada, tudo isso é sagrado, já é lei. Vamos agora ver essa questão das emendas de comissão, que são as emendas que estão causando o maior problema. Discutimos previamente a peça orçamentária que chegou e vamos estudar caso a caso, mas como essa história de emenda está na moda, é importante começar a discutir sobre isso.

Já há alguma alternativa ao acordo firmado com o Supremo?

A ideia é que as emendas de comissão atendam um meio termo, no qual o governo poderia ficar com 50%, para serem destinados às obras estruturantes, e os outros 50% ficariam na emenda chamada de RP2 (dos ministérios), em que o governo vai pagar de acordo com a indicação do parlamento. Ou seja, uma parte passará para que as lideranças partidárias façam a distribuição, de acordo com a posição de cada parlamentar. E a outra vai ficar uma situação diretamente ligada ao governo, se ele quiser, vamos chamar assim, tratar melhor a sua bancada ou não. Se eu sou adversário do governo e você é correligionário, evidentemente o governo vai olhar você com um olhar melhor do que o meu, que sou oposição. Com isso, reforça mais, inclusive, até a gestão do governo, porque vai ter chances de votar os projetos que venham a ter polêmica no decorrer do exercício do mandato.

Essa seria uma opção para dar mais transparência?

Eu acho que a transparência é essencial, a

rastreabilidade é essencial, e vamos trabalhar para que haja isso. Já existe uma rastreabilidade, já existe uma transparência, mas se o Supremo acha que tem de melhorar, vamos melhorar e atender a medida judicial.

Em que pé está?

Conversei apenas com o Senado. Eu estou propondo que as próximas reuniões já tenham integrantes da Câmara para discutir, para que a gente não precise fazer um retrabalho. Está tudo no embrião ainda. Vamos ter uma posição do Senado para a partir daí começarmos com a Câmara, levando as nossas posições para ver se a Câmara concorda ou se dá sugestões para que venhamos a ter um texto em comum.

Sobre a meta fiscal, o governo manteve a meta de déficit zero em 2025.0 senhor acredita que é factível?

Eu acho, sim, que é possível, mas não dá para fazer isso sacrificando quem gera emprego e renda. Adianta que aumentar a carga tributária brasileira é uma asfixia muito grande para o parque industrial do país. Eu, particularmente, não sou favorável ao aumento de **tributos**. Sou favorável ao governo reduzir e procurar cortar ao máximo suas despesas.

Há uma expectativa para a definição de um calendário para o PLOA na Comissão Mista de Orçamento? Quando serão definidos os 16 relatores setoriais?

Dentro de uma semana devemos definir o calendário. Recebemos apenas um espelho da peça orçamentária, que ainda não foi distribuída, nem eu recebi por completo. Esperamos que, na próxima semana, a gente possa começar a se debruçar e analisar ponto a ponto, principalmente os itens mais polêmicos. Porque as despesas discricionárias, que são os gastos obrigatórios, não têm muito o que se discutir. Mas temos que trabalhar agora na questão das emendas.

"O governo quer arrecadar mais, é louvável, mas não pode sacrificar também as empresas do Brasil. Eu sempre digo, são as empresas que geram os **impostos**, são as empresas que geram empregos, então não podemos ficar matando a galinha dos ovos de ouro"

"A grande maioria que eu tenho conversado não é favorável ao aumento de **impostos**. O governo deveria se preocupar em **cortar despesas**, não sacrificar as empresas brasileiras"

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/63>

89/09-09-2024.html?all=1

Nova reforma da Previdência se tornou mais urgente (Editorial)

Foi-se o tempo em que o termo "pirâmide etária" descrevia a distribuição da população brasileira por idade. O país envelhece, cai o número de filhos por mulher, e hoje o gráfico nada mais tem a ver com a clássica pirâmide, em que a grande quantidade de jovens na base sustenta os mais velhos no topo. Ao longo dos próximos anos, como mostram as projeções do IBGE, seu formato se aproximará mais e mais de um pentágono, com uma população de jovens bem menor que a dos idosos na posição superior do gráfico.

O sistema brasileiro de Previdência, por ser de repartição -contribuintes que entram no mercado formal pagam a aposentadoria dos que saem -, sofrerá impacto imediato do envelhecimento populacional. A tendência de queda nos contribuintes do **INSS** e de crescimento no contingente de aposentados levou à reforma aprovada em 2019, estabelecendo idades mínimas mais altas (62 anos para mulheres e 65 para homens) -com inúmeras exceções e regras de transição que permitem aposentadoria mais cedo.

Mas demógrafos e economistas já avisam: os efeitos da reforma se esgotarão em 2027. O **INSS** não deixou de acumular déficit, que foi apenas atenuado. Como o envelhecimento populacional acelerou, a economia propiciada pelas mudanças de 2019 está prestes a acabar. Mais uma vez será preciso aumentar a idade mínima para a aposentadoria e estimular a permanência no mercado de trabalho. Não fazer nada equivalerá a não dispor de recursos para arcar com as obrigações previdenciárias -a um rombo fiscal maior.

A proporção de contribuintes que sustentam cada beneficiário do **INSS**, conhecida tecnicamente como "razão de dependência", tem caído a cada dia. Hoje são quatro por aposentado. Em 2070, considerando também a Previdência do funcionalismo público, os mesmos quatro contribuintes terão de sustentar aproximadamente três aposentados, segundo cálculos do economista Rogério Nagamine apresentados em reportagem do GLOBO. Muito antes disso o sistema terá de ser atualizado para atender uma população cuja expectativa de vida vem aumentando e que tende a parar de crescer.

Até 2054, a população de idosos (60 anos ou mais) deverá dobrar de 34,2 milhões para 68,9 milhões. Dezesseis anos depois, em 2070, haverá 75,3

milhões, e os contribuintes do **INSS**, hoje 136,4 milhões, cairão para 100,1 milhões. "Há cada vez menos gente para sustentar o conjunto de aposentados", afirma o economista Fabio Giambiagi, que acompanha a Previdência há anos. Em 2018, diz ele, o IBGE projetou que haveria 43,8 milhões de crianças em 2024 e que esse número cairia a 33,6 milhões em 2060. Pela última revisão, ele já caiu para 41,1 milhões e chegará a 26,6 milhões em 2060 -7 milhões de crianças a menos.

A Previdência requer do Executivo e do Congresso ações em várias frentes. Uma delas é combater a informalidade, criando alternativas para quem não contribui, diz o economista-chefe da Leme Consultores, José Ronaldo de Souza Júnior. Ele também chama a atenção para a produtividade. Com a tendência de encolhimento da população ativa, será preciso que cada um produza mais no mesmo tempo de trabalho para manter a renda per capita. Isso exige mão de obra mais preparada para um mercado de trabalho dominado por novas tecnologias. A tudo isso, se adiciona a atualização das regras previdenciárias - tarefa prioritária desde já.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Nova reforma da Previdência se tornou mais urgente

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Retomada do desenvolvimento - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

O FMI faz anualmente um relatório de monitoramento das economias de seus países membros, no qual analisa a política econômica e apresenta projeções. O mais recente foi divulgado em julho e tem um destaque importante. A projeção de crescimento de médio prazo para a economia brasileira subiu de 2,0% para 2,5% ao ano, estimativa que se mostrou realidade pelos dados do **PIB** do segundo trimestre divulgados pelo IBGE na semana passada.

A explicação do FMI para o aumento do **PIB** do Brasil são os ganhos esperados com a **reforma tributária** e a transição energética.

O documento destaca ainda que a economia brasileira tem mostrado resiliência em meio a um processo de controle da **inflação**. Nas estimativas para a balança comercial, o órgão projeta um saldo superior a US\$ 100 bilhões em 2029, e ainda prevê aumento na taxa de investimento externo direto para os próximos anos.

Os bons números colhidos e o cenário benigno do FMI são resultado das políticas econômicas que se acumulam ao longo do tempo. Historicamente, os dois maiores empecilhos para o crescimento sustentado no Brasil foram a **inflação** descontrolada e os déficits na balança comercial. Esses fatores estão superados.

Para avançar mais, torna-se necessário agora manter o controle sobre o Orçamento e a trajetória da dívida pública. A rigidez das despesas obrigatórias, que estabelece proporções fixas e obrigatórias de gastos, limita a capacidade do governo de gerar superávits primários, de investir e de ajustar os gastos às mudanças conforme se modificam as condições das demandas da sociedade.

A elaboração do Orçamento reflete cada vez mais a diversidade de interesses no País, com a participação ativa do Congresso em sua elaboração e direcionamento. E assim deve ser num regime democrático.

Contudo, como em qualquer orçamento, os recursos são limitados e os objetivos, ilimitados.

As escolhas devem, por isso, seguir uma agenda de prioridades estruturantes que precisa ser negociada

pelo Executivo e o Legislativo, o que é possível e factível a partir de um exercício de racionalidade, temperança e tolerância.

Os números mostram que o Brasil tem todas as condições objetivas para iniciar um ciclo de retomada de desenvolvimento sem comprometer o controle inflacionário. Podemos ambicionar mais, criar um ambiente propício a novos investimentos, pelo uso dos instrumentos do Orçamento pela ótica das prioridades nacionais e intensificando um plano permanente de reformas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Por que a economia tem crescido mais do que o esperado?

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Os números do segundo trimestre da economia surpreenderam novamente os analistas que se debruçam sobre os indicadores de atividade no dia a dia. Enquanto o consenso do mercado apontava para um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 0,9% no período de abril a junho, o resultado divulgado pelo IBGE mostrou um avanço maior, de 1,4%, puxado pela indústria e pelo setor de serviços.

O bom desempenho do segundo trimestre elevou a previsão para o **PIB** de 2024 ao patamar de 3%. Se confirmado, será um desempenho melhor do que o esperado em janeiro, quando as projeções de crescimento eram de pouco mais de 1,50%. E essa surpresa está longe de se restringir a 2024. Nos últimos anos, o **PIB** tem crescido mais do que o esperado. E por que isso tem ocorrido?

Economistas consultados pelo Estadão citam alguns fatores para esse crescimento mais forte. Há um consenso de que as reformas - como a trabalhista e a da Previdência - empreendidas desde o governo Michel **Temer** podem ter ampliado a capacidade de crescimento potencial do País. E essa mudança de patamar se somou a uma expansão fiscal - via reajuste do salário mínimo e pagamento de precatórios, por exemplo - e a um mercado de trabalho aquecido, que deram um fôlego extra para a atividade econômica recente.

A pergunta agora é se esses números mais positivos correm o risco de mostrar fôlego curto. Para os economistas, é preciso ampliar a atração de novos investimentos se o Brasil quiser ter um crescimento duradouro.

A questão fiscal também preocupa: a incerteza com o rumo das contas públicas tende a afastar os investidores privados.

Veja, a seguir, a avaliação de seis economistas sobre o desempenho do **PIB** e as perspectivas para o futuro:

Economistas convidados pelo "Estadão" falam sobre essa questão

Eles veem ganhos no **PIB** potencial nos últimos anos com reformas, mas alertam que o País precisa retomar

a capacidade de investimento para garantir crescimento sustentado

Depoimentos

ALESSANDRA RIBEIRO Sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências

"Política fiscal, crédito e efeitos da economia dos EUA explicam alta"

Ainda que haja uma discussão em relação ao efeito de reformas macro e microeconômicas realizadas nos últimos anos afetando o **PIB** potencial da economia brasileira, há uma combinação de elementos conjunturais cujos efeitos para a atividade econômica os economistas não estão conseguindo captar bem. É possível ver a combinação de pelo menos três forças principais por trás da performance mais forte da economia brasileira nos últimos trimestres.

O primeiro fator está relacionado aos efeitos da política fiscal atualmente implementada, na medida em que a expansão de gastos tem efeitos multiplicadores para a atividade econômica. O aumento de gasto público em curso é evidente em várias rubricas, como salários do funcionalismo público, gastos previdenciários, gastos em saúde e educação, programas sociais, dentre outros. Entre janeiro e julho deste ano, as despesas totais cresceram a um ritmo de 7,8% em termos reais, mantendo um ritmo expressivo, sendo que no mesmo período do ano passado o crescimento foi ainda mais substancial, de 8,7%.

O segundo fator está relacionado ao efeito defasado do ciclo de flexibilização monetária implementado pelo Banco Central, em especial no mercado de crédito. As concessões de crédito a pessoa física devem crescer 7,7% em termos reais neste ano, ante 4,5% em 2023, sendo que as concessões a pessoas jurídicas devem crescer 6,9%, vindo de retração de 5,7% em 2023. No mercado de capitais, observa-se importante expansão de emissões, sendo que de janeiro a julho mostraram crescimento de 114% em termos reais.

O terceiro fator, ainda que menos importante em relação aos dois anteriores, está relacionado aos efeitos da resiliência da economia americana na primeira parte do ano, com efeitos para a atividade

global e brasileira.

MÁRIO MESQUITA Economista-chefe do Itaú Unibanco

"Investimento estagnado traz ceticismo para um crescimento sustentável"

As explicações para a alta do **PIB** maior do que o esperado são mais diversas e não excludentes.

Uma muito debatida é o possível aumento do potencial de crescimento, após importantes mudanças, como a reforma trabalhista e dos marcos regulatórios - uma hipótese que o tempo irá confirmar, ou rejeitar.

Assim, convém identificar que, além das reformas, eventos específicos podem ter aumentado o crescimento circunstancialmente nos últimos anos, como um mercado pujante para as dívidas corporativas, uma safra agropecuária recorde, que trouxe multiplicadores importantes para a economia, e o retorno de uma postura fiscal expansionista, que enseja riscos para a trajetória da dívida, mas cujos impactos sobre condições financeiras têm sido limitados.

A principal discussão é o quanto desses eventos vão se repetir e, principalmente, se as surpresas são sustentáveis.

Por isso, observo como um fator importante a composição das surpresas mais recentes.

O consumo das famílias tem sido mais robusto, mas o investimento tem tido alguma estagnação, o que traz algum ceticismo de que a capacidade de crescimento sustentável da nossa economia tenha realmente aumentado de forma definitiva.

A força do consumo tem como fundamentos o dinamismo do mercado de trabalho (que está, neste momento, sobreaquecido), o impulso fiscal (com o retorno das políticas de aumentos reais do salário mínimo, aumento do salário de servidores e, em 2024, com o pagamento de precatórios atrasados) e, mais recentemente, um desempenho melhor que o esperado do crédito. Ocorre que o sobreaquecimento do mercado de trabalho é potencialmente inflacionário e o impulso fiscal vem ao custo de piora na trajetória esperada das contas públicas e aumento do Risco País. Tais fatores pressionam os juros de mercado, que atuam como vetor negativo para o investimento.

SOLANGE SOUR Diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management

"É difícil concluir se nosso crescimento se apoia em

fatores estruturais"

Nos últimos anos, nosso crescimento surpreendeu de maneira positiva. Desde 2021, temos observado um crescimento real médio do **PIB** de 3,3% ao ano. Com a evolução do **PIB** deste ano, que caminha para expandir também perto de 3%, o debate sobre um possível aumento do nosso potencial de crescimento ganha força.

De fato, tivemos progressos muito significativos na agenda de reformas que tende a trazer ganhos de produtividade, como a reforma trabalhista e da Previdência, a substituição da TJLP pela TLP, o Marco do Saneamento Básico, reformas no setor de óleo e gás, a aprovação da Lei da Liberdade Econômica e estamos prestes a regulamentar a **reforma tributária**.

A hipótese de que esses avanços tenham aumentado nosso **PIB** potencial não pode ser descartada, mas ainda é difícil mensurar. Por outro lado, não temos observado um aumento da nossa taxa de investimento.

Pelo contrário, estamos com uma taxa perto de 17% do **PIB** - mesmo nível de quase 20 anos atrás.

Acredito que há duas causas maiores impedindo o investimento.

A primeira é a piora consistente do ambiente institucional, com aumento acelerado da insegurança jurídica nos últimos anos. Em segundo lugar, o aumento acelerado dos gastos públicos e a falta de horizonte para a estabilização da dívida pública têm aumentado os juros de equilíbrio da economia.

É cada vez mais urgente destravarmos os investimentos, pois a questão demográfica é muito preocupante. Segundo o último Censo, a população tem envelhecido rapidamente.

Diante desse cenário, é difícil concluir se a evolução do nosso crescimento se apoia em fatores estruturais. A hipótese mais razoável é de que o crescimento forte da transferência de renda, que vem ocorrendo nos últimos anos e que até agora não se mostrou eficaz em aumentar a produtividade do trabalho, esteja sustentando um **PIB** puxado majoritariamente pelo consumo.

CAIO MEGALE Economista-chefe da XP (foto) e Rodolfo Margato, economista da XP

"Reformas elevaram a capacidade produtiva do País"

A tendência de alta do **PIB** deve continuar no curto prazo.

O mercado de trabalho aquecido, aumento do crédito e transferências sustentam o consumo. O investimento ainda avançará para recuperar a queda de 2022 e 2023.

Por trás desse desempenho, há fatores estruturais e conjunturais. Os estruturais - reformas que elevam a capacidade produtiva do País - devem garantir um crescimento "basal" mais alto no tempo.

Já os conjunturais representam impulsos de demanda, como gastos públicos, subsídios, corte de juros. Estes têm efeitos de curto prazo. E, se exagerados, podem desembocar em uma "ressaca" de endividamento e/ou **inflação**.

O desafio é entender quanto cada um desses fatores contribuíram para o crescimento recente. A resposta é chave para prever os próximos anos.

Do lado estrutural, as reformas, a modernização da regulação setorial, o avanço do mercado de capitais, a melhoria na constituição de garantias para crédito e avanços financeiros (Pix e outros) impulsionam a produtividade.

Do lado conjuntural, os impulsos são substanciais. As despesas primárias do governo central crescem, em média, 10% acima da **inflação** desde 2022, concentradas em medidas que puxam o consumo direta e indiretamente, por meio do aquecimento do mercado de trabalho. O crédito de bancos públicos reacelerou, puxando também o privado. E o BC cortou a taxa Selic recentemente.

Há sinais de que esses estímulos podem estar passando do ponto. A **inflação** parou de convergir para a meta. Custos de produção pressionam preços, sobretudo em meio à demanda aquecida. A dívida pública subiu 7 pontos percentuais do **PIB** desde 2022, sem sinais de estabilização. Nesse ambiente, o BC indica alta de juros para baixar a febre.

Avaliamos que parte do bom desempenho da economia é estrutural, o que nos levou a elevar nossa estimativa de crescimento potencial para 2% (1,5% antes).

ANA PAULA VESCOVI Economista-chefe do Santander

"Os desafios para aumento do crescimento potencial permanecem"

Olhando para o passado recente, tivemos importantes reformas que contribuíram positivamente para a produtividade e para o crescimento potencial. Cabe

destacar as reformas trabalhista e previdenciária.

A aprovação no novo Marco do Saneamento destravou investimentos no setor, e a aprovação da nova TLP (Taxa de Longo Prazo) retirou distorções do mercado de crédito e catapultou o mercado de capitais. Ademais, a rápida adoção de tecnologias durante a pandemia, como o trabalho remoto, o comércio online e a disseminação dos meios de pagamento digitais, contribuíram tanto para ganhos de eficiência logística quanto para rápida bancarização da sociedade.

Vimos também, desde a pandemia, uma sequência de impulsos fiscal e monetário extraordinários e muito fortes que influenciaram o **PIB** positivamente, que ajudam a explicar os desempenhos surpreendentes observados no curto prazo.

Desde 2023, vimos a aceleração do impulso fiscal que, em conjunto com um mercado de trabalho bastante apertado, levou a forte expansão no consumo das famílias. O aumento dos valores pagos em programas sociais, reajustes reais do salário mínimo e o forte pagamento de precatórios são alguns dos elementos que ajudam a explicar essa dinâmica mais favorável. Adicionalmente, os baixos níveis de desemprego geraram maiores pressões salariais e culminaram em ganhos reais de renda.

Esses fatores de curto prazo estão contribuindo, em alguma medida, para as surpresas do crescimento brasileiro no período recente. Contudo, não representam ganhos estruturais ou permanentes.

Os desafios para aumento do crescimento potencial permanecem.

A taxa de investimentos segue baixa. A produtividade deverá seguir limitada pela estagnação da escolaridade e do capital humano. O pico do bônus demográfico e o envelhecimento da população também são limitadores.

ARMANDO CASTELAR Pesquisador associado do Ibre/FGV

"É preciso desacelerar; País não consegue manter essa expansão"

Será essa consistente subestimação reflexo de um certo pessimismo embutido nos modelos dos analistas de mercado? Não me parece ser esse o caso. De fato, um exame mais completo dos dados nos leva a descartar essa hipótese: nos últimos 24 anos (2000-23), o crescimento previsto ficou abaixo do observado em apenas 11 anos e, na média, os economistas acertaram quase na cabeça.

O que explica, então, a subestimação recente? Há duas explicações prováveis e não excludentes. A primeira é que a reforma trabalhista, as privatizações, as mudanças nas leis das agências reguladoras e das estatais e a substituição da TJLP pela TLP nos empréstimos dos bancos públicos, entre outras, aumentaram o crescimento potencial do **PIB**, permitindo ao País crescer mais sem gerar inflação e, portanto, sem exigir uma política monetária contracionista.

Os modelos existentes não estariam talvez incorporando esse efeito e, daí, a subestimação.

Há, por outro lado, a visão de que se subestimou o aumento da demanda agregada no período pós-pandemia e o impacto que isso teve no mercado de trabalho. Seja porque as famílias acumularam uma poupança extra durante a pandemia, seja porque a pandemia mudou os hábitos de consumo, seja ainda porque a baixa taxa de desocupação permitiu às famílias se endividarem, fato é que o consumo privado vem crescendo mais rapidamente do que antes. A esse efeito se soma o forte aumento do gasto público, em que pese a complicada situação fiscal.

Tudo indica que o segundo efeito é o mais forte, como refletido em uma taxa de juros neutra mais alta do que há alguns anos. Mas ambas as explicações fazem sentido, ainda que longe de levar à conclusão de que o País está preparado para manter o ritmo e o perfil do crescimento dos últimos três anos. É preciso desacelerar.

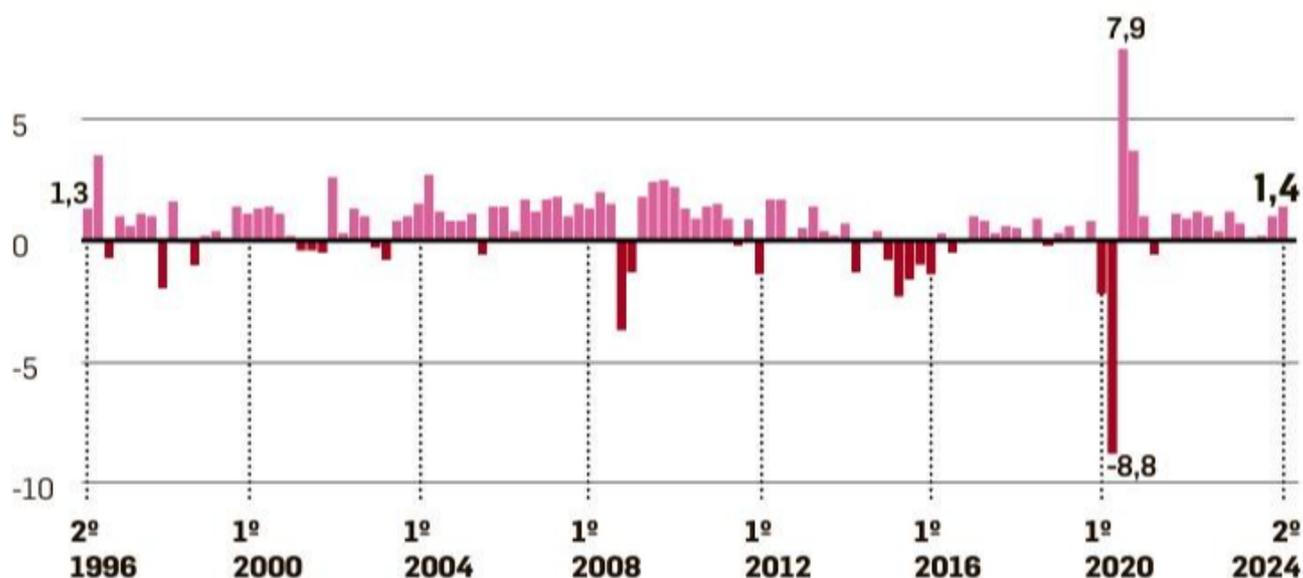
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

DESEMPENHO

Economia brasileira volta a crescer acima das expectativas

PIB por trimestre

VARIAÇÃO ANTE TRIMESTRE ANTERIOR, EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Comissão debate impacto da reforma tributária na saúde e educação

Redação Perfil Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza nesta quinta-feira (12), a partir das 9h, mais uma audiência pública para debater os impactos da **reforma tributária**, desta vez sobre os setores de saúde e educação.

A reforma foi promulgada em dezembro de 2023, com a Emenda Constitucional 132. Neste momento, está em tramitação no Senado o PLP 68/2024, projeto de lei complementar que regulamenta a reforma.

O PLP 68/2024 é uma iniciativa do Executivo. Em julho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto, que então seguiu para o Senado.

O texto agora está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ao mesmo tempo, a CAE vem promovendo debates sobre a regulamentação. Já foram apresentadas mais de mil emendas ao projeto.

O PLP 68/2024 detalha as regras de unificação dos **tributos** sobre o consumo, os casos de diminuição da incidência tributária e as normas para a devolução do valor pago, conhecido como cashback.

A regulamentação da **reforma tributária** é uma exigência da Emenda Constitucional 132, que estipulou a substituição de cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por outros três: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo. O objetivo é simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, após décadas de tentativas no Congresso sem êxito. A reunião da CAE será realizada na sala 19 da ala Alexandre Costa

* Matéria publicada com informações da Agência Senado .

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/comissao-debate-impacto-da-reforma-tributaria-na-saude-e-educacao,b1801ea6259a0c1f515d566435e92d610u4mnppb.html>

O fascínio da riqueza nas redes e na política - FERNANDO GABEIRA

FERNANDO GABEIRA

Há duas semanas, eu disse na TV que Pablo Marçal usava uma aura de sucesso profissional e prosperidade para seduzir a juventude da periferia. As patrulhas caíram em cima, por acharem que não o criticava com vigor. Ignoram meus artigos e não percebem que eu apenas buscava uma vereda de análise para entender um fenômeno político.

Com a prisão no Recife da advogada Deolane Bezerra, posso voltar ao tema, com um pouco de calma. Ela tem 20 milhões de seguidores. O exame de suas postagens nas redes sociais mostra Deolane testando carros de luxo, navegando com a família, saindo carregada de compras de uma loja da Louis Vuitton. Tudo com a ajuda de Deus.

As pessoas parecem se identificar com os que amealham grandes fortunas, sem se questionar muito sobre os métodos usados. Quem conhece melhor que eu comunidades pobres costuma dizer que os meninos que trabalham para o tráfico de drogas parecem mais atraentes para as garotas porque ostentam um nível de consumo maior.

Uma das minhas hipóteses é que essa vertente que se revela na política é inspirada pelo sucesso pentecostal da Teologia da Prosperidade. Muitas denominações religiosas apresentam a prosperidade como uma espécie de amor divino e argumentam com esta passagem da Bíblia, em João 10:10: - Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância.

Naturalmente, o favor divino é atrelado à generosidade com que se paga o dízimo. Quanto maiores as doações à igreja, maior será o retorno financeiro como resposta divina.

A Teologia da Prosperidade é alvo de controvérsia entre religiosos que centram sua vida espiritual no amor ao próximo, independente de riqueza pessoal. Mas o conflito maior se dá na projeção política. Se a esquerda não fosse tão entorpecida, poderia compreender a Teologia da Prosperidade como algo que desafia as propostas de políticas públicas em busca de segurança coletiva. Educação de qualidade, serviços de saúde eficazes e saneamento só se tornam um antídoto contra essa ilusão de enriquecimento pessoal nos lugares onde funcionam.

Mesmo assim, como pude testemunhar nos longos anos vividos na Escandinávia, muita gente reclama do Estado de Bem-Estar porque, segundo dizem, os **impostos** altos reduzem seu crescimento individual.

No caso brasileiro, a julgar pelas manifestações de 2013, não se confia mais em partido político. Mesmo aqueles que adotam o discurso do bem-estar coletivo são vistos como usando um disfarce para esconder aquilo que realmente interessa: o enriquecimento pessoal. As denúncias de corrupção em governos servem para confirmar a suspeita de que a realidade é a busca pessoal de enriquecimento, e a segurança coletiva apenas uma cantiga para ninar os ingênuos.

Com esse contrabando das práticas religiosas para a política, não teremos adiante apenas um grande número de candidatos ostentando luxo e prometendo o a seus potenciais eleitores. Muito possivelmente, tentarão fazer milagres, estimulando parálisis a andar, prometendo curas para todas as doenças. Quando o espaço político entra em decadência, começa não só o paraíso da aventura, mas torna-se mais fraca a própria mensagem religiosa de amor ao próximo e solidariedade.

O caminho não é fazer o elogio da pobreza, muito menos defender a segurança coletiva desprezando a singularidade individual. As políticas públicas precisam funcionar, e a prosperidade obedecer a alguns princípios éticos, não pode florescer à margem da lei.

Neste momento, as perspectivas são desoladoras. O país arde, e a elite política trata incêndios como algo que acontece no Afeganistão. E cedo para afirmar, mas pode ser que a campanha americana produza alguma indicação de como combater a antipolítica sem cair no terreno pantanoso da pura troca de acusações.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bancos devem fornecer dados de clientes ao Fisco

Flávia Maia De Brasília

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) finalizaram um importante julgamento sobre sigilo bancário, pelo Plenário Virtual, na sexta-feira. Definiram que são constitucionais os dispositivos de um convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que obrigam instituições financeiras a fornecer aos Fiscos estaduais informações sobre transações realizadas por clientes via PIX e cartões de débito e crédito. O placar final foi de 6 votos a 5.

A medida é para fiscalizar o pagamento do ICMS por meios eletrônicos. Foi estabelecida pelo Convênio Confaz-ICMS nº 134, firmado em 2016. A norma estabelece que as instituições bancárias passam a ter obrigação de informar todas as operações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas.

A ação foi ajuizada pelo Conselho Nacional do Sistema Financeiro (Consif). A entidade argumenta que o convênio é inconstitucional porque confere ao Confaz a competência para mitigar o sigilo bancário dos clientes de instituições financeiras. O Consif também defende que o Confaz cria uma obrigação acessória a mais para os bancos e pode abrir margem para que prefeituras também peçam o acesso a dados de clientes referentes a **tributos** municipais.

Prevaleceu no julgamento o voto da relatora, a ministra Cármen Lúcia. Ela entende que a norma é válida porque visa o aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória das fazendas estaduais e vai trazer mais eficiência à fiscalização tributária. A ministra ressalta ainda que não há quebra de sigilo bancário, mas sim a "transferência do sigilo das instituições financeiras e bancárias à administração tributária estadual ou distrital".

A ministra destaca no voto que, a partir do momento que as instituições financeiras repassam os dados às autoridades fiscais, "há transferência também do dever de sigilo dessas informações àquelas autoridades, permanecendo a obrigação legal de preservação da inviolabilidade dos dados".

"À administração tributária dos Estados e do Distrito Federal é imposta a tarefa de manter os dados das pessoas físicas e jurídicas fora do alcance de

terceiros, utilizando-os de forma exclusiva para o exercício de suas competências fiscais", diz.

Acompanharam o entendimento da relatora Cármen Lúcia os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Flávio Dino, Dias Toffoli e Luiz Fux.

O ministro Gilmar Mendes foi o primeiro a divergir da relatora. Na análise do decano, a norma do Confaz viola os direitos à privacidade, ao sigilo de dados, ao devido processo legal e à proteção de dados pessoais.

O ministro ressalta ainda, em seu voto, que a norma não tem critérios transparentes quanto à transmissão, à manutenção do sigilo e ao armazenamento das informações. "Não há qualquer previsão quanto ao prazo de guarda dos dados enviados, em linha com a manutenção da finalidade pública da administração tributária, o que é exigido, inclusive, pela Lei Geral de Proteção de Dados [LGPD]", diz o ministro.

Acompanharam Gilmar Mendes os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Luís Roberto Barroso e Nunes Marques.

Em seu voto, o ministro Cristiano Zanin destaca que a União pode exigir das instituições financeiras a obrigação de informar dados relativos às operações realizadas pelos usuários de seus serviços e que estão sujeitas aos **tributos** de sua competência. No entanto, essa obrigação não deve ser estendida para os Estados e Distrito Federal.

"Em síntese, a administração tributária, no exercício da atividade fiscalizatória - instrumento para concretização do princípio da capacidade contributiva - deve atuar dentro dos limites da sua competência impositiva. Daí que as obrigações acessórias devem estar minimamente relacionadas ao objeto da obrigação principal", afirma Zanin.

O julgamento já esteve em Plenário Virtual anteriormente e havia sido interrompido, no mês de maio deste ano, pelo ministro Dias Toffoli. A votação foi retomada no dia 30.

No retorno do julgamento, o ministro Toffoli acompanhou o entendimento da relatora. Ele destacou no voto que os Estados e o Distrito Federal podem ter acesso aos dados, assim como a União. Para ele, a

norma do Confaz permite mais eficiência na cobrança do ICMS.

Toffoli afirma também em seu voto que, recentemente, foi feita uma alteração no Código Tributário Nacional (CTN) em que se previu "expressamente" a possibilidade da administração tributária requisitar informações cadastrais e patrimoniais de terceiros a órgãos ou entidades, públicos ou privados, que, inclusive por obrigação legal, operem cadastros e registros ou controlem operações de bens e direitos.

"Normas visam o aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória" Cármen Lúcia

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979>

O STJ e a revisão de decisões do Carf - OPINIÃO JURÍDICA

José Andrés Lopes da Costa é advogado, mestre em Direito Tributário Internacional pelo IBDT-SP e sócio do DCLC Advogados

A recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial 1608161 /RS, que limitou o cabimento de ações populares contra decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, marca um momento significativo para o direito administrativo e tributário no Brasil.

Ao definir que a ação popular só deve ser admitida em casos de ilegalidade manifesta, abuso de poder ou contrariedade à jurisprudência consolidada, o STJ reforça a necessidade de respeitar as decisões do **Carf**, protegendo a integridade do processo administrativo e os princípios fundamentais que norteiam a administração pública.

O **Carf** desempenha um papel crucial na resolução de litígios tributários, sendo responsável por decisões que envolvem uma análise técnica profunda e uma interpretação precisa da **legislação tributária**. Suas decisões, que frequentemente envolvem questões de alta complexidade, devem ser respeitadas como definitivas na esfera administrativa. Contudo, a tentativa da Fazenda Nacional de anular suas decisões, por meio de ação popular ajuizada por um auditor fiscal, levanta preocupações significativas sobre a aplicação dos princípios da moralidade, legalidade e eficiência na atuação do Estado.

O fato de o autor da ação popular ser um auditor fiscal traz à tona questões sobre a finalidade e a moralidade desse tipo de iniciativa, uma vez que desvirtua o uso para o qual esse tipo de ação foi instituída já na Constituição de 1934, qual seja, o de servir como instrumento de participação democrática que permitia ao cidadão defender o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente, e o patrimônio histórico e cultural contra atos lesivos. Assim, quando utilizada por agentes públicos em contextos que podem sugerir a existência de interesse pessoal ou institucional, há o risco de desvirtuamento de seu propósito original. O uso da ação popular como ferramenta para contestar decisões previamente analisadas e julgadas por instâncias competentes, como o **Carf**, coloca também em risco o princípio da legalidade, uma vez que desafia a autoridade de decisões que já passaram por um crivo técnico

especializado.

Além disso, a iniciativa da Fazenda Nacional de apoiar o autor da ação proposta contraria o princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, que exige da administração pública uma atuação coordenada e objetiva, evitando o desperdício de recursos e a perpetuação de litígios desnecessários. A eficiência administrativa pressupõe que os órgãos públicos atuem de maneira integrada e que as decisões sejam implementadas de forma célere e eficaz, sem a interferência indevida de novas disputas que prolongam o processo e aumentam os custos para todas as partes envolvidas.

Nesse contexto, a crítica do ministro Paulo Sérgio Domingues à postura da Fazenda Nacional é extremamente relevante.

Ao questionar a decisão de apoiar uma ação popular que visa anular uma decisão do **Carf**, o ministro não apenas aponta para uma possível incoerência na atuação da administração pública, mas também ressalta a importância de que os princípios da moralidade e legalidade sejam rigorosamente observados. O papel de um auditor fiscal deve ser o de garantir que a legalidade prevaleça, sem o uso de instrumentos processuais para reabrir discussões que já foram exaustivamente analisadas por instâncias competentes.

Outro ponto que merece destaque é o impacto que ações como essa podem ter sobre a percepção pública da administração tributária. O uso da ação popular, quando motivado por razões que extrapolam a defesa do interesse público, pode ser visto como um desvio de finalidade, comprometendo a imagem da administração pública perante os contribuintes e a sociedade. A confiança no sistema tributário depende da percepção de que as decisões são tomadas de maneira justa e objetiva, respeitando princípios basilares de direito administrativo.

Ainda mais grave é o fato de que a postura da Fazenda Nacional, ao apoiar a anulação de uma decisão do **Carf**, contraria o princípio da vedação ao venire contra factum proprium. Esse princípio impede que a administração pública adote comportamentos contraditórios, violando a boa-fé e a legítima expectativa dos cidadãos. Quando a administração

pública age de maneira incoerente, como ao tentar anular uma decisão que ela mesma produziu, fica comprometida a credibilidade do Estado e a previsibilidade do sistema jurídico, gerando insegurança e incerteza.

Em última análise, a decisão do STJ fortalece a confiança nas instituições públicas e no sistema tributário como um todo. Ao proteger as decisões do **Carf** contra revisões indevidas, o tribunal contribui para a manutenção da ordem e da justiça no processo administrativo. Essa decisão é um passo importante para garantir que o sistema tributário brasileiro continue a evoluir de forma justa e eficiente, assegurando que as decisões administrativas sejam tratadas com o devido respeito e que os princípios da legalidade, moralidade e eficiência sejam rigorosamente observados.

Em conclusão, ao impor limites claros para o uso da ação popular contra decisões do **Carf**, o STJ não só protege a integridade do processo administrativo, mas também reafirma os princípios que devem guiar a administração pública em todas as suas ações. A decisão contribui para a construção de um sistema jurídico mais estável e confiável, onde as decisões são respeitadas e as instituições agem de forma coordenada e eficiente, garantindo a segurança jurídica e a justiça para todos os cidadãos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979>

Entenda como o PIB superou as estimativas

»ROSANA HESSEL

O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro do segundo trimestre, que cresceu 1,4% na comparação com os três meses anteriores, ficou acima das expectativas do mercado e do governo, de 1,1%. O dado foi comemorado, na semana passada, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e por integrantes do governo que atribuíram o forte crescimento à atual política econômica, e apontaram os erros dos economistas, que "estariam não sabendo mais fazer projeções".

Mas não é bem assim, conforme analistas ouvidos pelo Correio. Eles alertam para a desaceleração da atividade econômica, a partir do terceiro trimestre, devido ao fato de que o governo gastou além do esperado e esse impulso fiscal não é sustentável. Logo, para os próximos trimestres, a tendência é de desaceleração mostrando que, mais uma vez, o **PIB** avança, mas deve frear em seguida, reproduzindo o tradicional "voo de galinha" da economia brasileira. E, devido ao carregamento estatístico de 2,5% do **PIB** para o resto do ano, segundo os analistas, mesmo se o **PIB** ficar estável de julho a dezembro, o crescimento contratado para 2024 é de 2,5%. Com isso, as revisões para cima da alta do **PIB** deste ano começaram e estão perto de 3%, mas desaceleraram para menos de 2%, em 2025.

Impulso fiscal O economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), reconhece que o erro sistemático nas projeções do mercado para o **PIB** tem duas razões. A primeira é do ponto de vista metodológico e, a segunda, é o impacto da política econômica adotada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que é expansionista. "Os modelos econométricos desenvolvidos ao longo do tempo para as projeções se baseiam no passado. E, como a economia sempre teve um desempenho modesto, isso atrapalha as estimativas futuras e provoca esse erro sistemático. E, do ponto de vista fiscal, o estímulo dos gastos do governo foi bem maior do que o esperado", explica. Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, estava com uma das projeções mais otimistas do mercado para crescimento do **PIB** do segundo trimestre, de 1,2%, e também atribui o erro do mercado ao forte aumento das despesas do governo que estimulam mais o consumo sem uma estratégia de crescimento sustentável da economia, buscando melhorar a qualidade dos gastos públicos e imprimir um verdadeiro ajuste fiscal.

Conforme dados do Tesouro Nacional, as despesas do governo federal cresceram 7,8% no semestre, em termos reais (descontada a **inflação**). Esse aumento das despesas, em grande parte, foi impulsionado pelo desembolso maior de benefícios, pelo salto de 935,7% de gastos extraordinários, pelo aumento de 67,6% no pagamento dos precatórios (dívidas judiciais da União), e pelo aumento de 43,7% nos investimentos. "Não se imaginava que a política fiscal teria um impacto tão forte no **PIB**", destaca Vale. Para o economista da MB, o avanço do **PIB** foi um novo "voo de galinha". "Com tanto estímulo à demanda como a gente está vendo agora, estamos diante das consequências: a **inflação** sobe, os juros também e o crescimento mais fraco acaba voltando no ano seguinte e, talvez, em 2026. Por isso, esse "voo de galinha" está bastante claro", explica. Vale estima que o **PIB**, no terceiro trimestre deverá ficar "pouco abaixo de 1%", e, como há um conjunto de fatores que devem pressionar a **inflação**, como o **PIB** mais forte e os preços da energia mais caros, e fazer com que o Banco Central aumente a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,50% ao ano, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para 17 e 18 deste mês. Pelas estimativas da Vale, a Selic seguirá em alta neste ano e encerrará 2024 em 11,50%. A XP Investimentos prevê a Selic em 11,75%, no fim deste ano, subindo para 12%, no fim de 2025.

De acordo com a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), além do impulso dos gastos do governo de forma geral, o impacto do pagamento dos precatórios não pagos pelo governo anterior no fim de 2023 - de pouco mais de R\$ 93 bilhões, após o calote do governo anterior - e a antecipação do 13º dos aposentados entre abril e maio, que injetou também R\$ 67 bilhões na economia, contribuíram bastante para o crescimento do **PIB** acima das estimativas. Ela lembra os principais componentes da ótica de gastos cresceram acima da média do **PIB**, de 2,9% no semestre. "O **PIB** deste ano é diferente, porque está sendo impulsionado pelo aumento da demanda interna e não pelo choque de oferta, como o ocorrido em 2023, que contribuiu para a **inflação** ser menor, mas agora, vamos ter **inflação** maior e aumento nos juros", alerta.

Reformas Especialistas alertam sobre a mudança estrutural não vem sendo captada nos modelos

estatísticos. O país atravessou duas recessões quase consecutivas - a de 2015 a 2016, provocada pelo próprio governo que era comandado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), e a de 2020, devido à pandemia da covid-19 - e passou por reformas estruturais feitas desde 2017, como a trabalhista e a da Previdência, além da modernização de marcos regulatórios, como o do saneamento - que ajudaram a elevar os investimentos no país. Eles lembram que, mesmo com a revisão das previsões para cima, o Brasil ainda deve seguir crescendo abaixo da média global, de 3,1%, neste ano e de 3,2%, em 2025, pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, apesar de os investimentos também subirem para 16,8% do **PIB**, no segundo trimestre deste ano, esse indicador segue abaixo do pico histórico, de 21% do **PIB**, e está distante da média global (26,5% do **PIB**) e dos países da América Latina, de 20% do **PIB**.

A economista e consultora Zeina Latif, ex-secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, reconhece que há uma dificuldade técnica para essa sequência de surpresas positivas no **PIB**. "Assim como no passado, houve surpresas negativas, porque o Brasil tem muita volatilidade na atividade. Tivemos uma recessão severa no governo Dilma, descolando o Brasil da experiência dos outros países emergentes. Como foi uma crise nossa, isso afetou muito a qualidade dos modelos econômicos para projeções de curto e médio prazos. Na recessão de 2015 a 2016, os erros na política econômica não foram capturados pelos modelos devido às quebras estruturais que o país sofreu. E, depois da pandemia, piorou muito a qualidade desses modelos de previsão de médio prazo", afirma. Para a economista, existe uma dificuldade técnica também porque houve mudança no **PIB** potencial (que indica a capacidade de o país crescer naturalmente). Pelas projeções do mercado, esse **PIB** potencial está em torno de 2%, mas, devido ao aumento da produtividade, mas deve ser um pouco maior, segundo ela. "Temos razões para acreditar que tem não só ganho de produtividade, mas uma tendência ainda que muito errática e de volta paulatina de investimentos. Então, acredito que tem um aumento do **PIB** potencial. O FMI está falando, agora, que esse **PIB** potencial está com cara de 2,5%. E talvez a gente tenha um **PIB** potencial que está avançando, mas ainda não sabemos bem o tamanho dele", afirma Latif.

Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, reforça que não foi apenas o mercado que errou nas projeções do **PIB**, mas também o Banco Central e o Ministério da Fazenda. "É difícil termos uma única resposta para essa surpresa generalizada. Em parte, tem a ver com os modelos, e, talvez haja necessidade de atualização dos principais modelos usados para a

estimativas. Mas existem fatores estruturais e conjunturais", ressalta. De acordo com ele, o time de economia da XP também considera, sim, que houve certo ganho de capacidade produtiva do país ao longo dos últimos anos.

"Afinal, nós observamos algumas reformas sendo aprovadas, desde a reforma trabalhista, em 2017, reforma da Previdência, modernização de marcos regulatórios setoriais, inovações no sistema financeiro, como o Pix, entre outros. Existe uma série de avanços do ponto de vista mais estrutural, ao longo dos últimos anos de difícil mensuração individualmente, mas que, em conjunto, parecem explicar parte dessas surpresas positivas", ressalta Margato. Ele também reconhece que houve aumento do **PIB** potencial, antes de 1,5% e, agora, na casa de 2%. "Houve o aumento significativo de renda ao longo dos últimos trimestres, devido ao impulso fiscal, e tivemos um expressivo das despesas públicas desde o ano passado. Enfim, há uma série de elementos que aumentaram bastante a disponibilidade de renda", destaca. Segundo ele, os cálculos da XP sobre o impulso fiscal no **PIB** do segundo trimestre foi de 5% no primeiro trimestre de 2024 em relação aos três meses anteriores e, no segundo trimestre, esse impulso fiscal deve ficar bem próximo ao aumento de 5,5% da renda disponível. Pelas estimativas revisadas da XP, o **PIB** deverá crescer 3,1% neste ano.

Revolução digital

Na avaliação do economista e consultor André Perfeito, existem duas questões que estão influenciando as surpresas nas estimativas do mercado, que não gosta muito de governos de esquerda. "De um lado, temos questões de ordem microeconômica que são difíceis de mensurar, e tem a ver, talvez, com um nível maior de eficiência da economia brasileira, que pode ser por vários motivos, como as medidas micro econômicas que o ex-ministro da Economia Paulo Guedes tomou, até a revolução digital que aconteceu no Brasil e no resto do mundo por causa da pandemia. A produtividade do mundo melhorou. Todo mundo sabe ligar o computador e fazer uma reunião virtual e o comércio ficou mais ágil, mais eficiente, os outros processos também ficaram mais eficientes", destaca. Por outro lado, ele acredita que o mercado financeiro "tem errado sistematicamente porque entende que a dinâmica fiscal é negativa". "O aumento do gasto do governo altera as expectativas e gera um custo a curto prazo. Mas, na verdade, qualquer livro de economia, ensina que, se você tem mais gastos a curto prazo, o **PIB** cresce", afirma Perfeito, que tem uma visão desenvolvimentista enquanto que a do mercado é fiscalista.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, por sua vez, resume que as surpresas do **PIB** vieram pelo maior crescimento da indústria e pelo aumento do consumo do governo e ressalta que os desafios fiscais deste ano poderão ser maiores em 2025. "O que fica claro é que, tanto o crescimento mais forte do que o esperado quanto a **inflação** mais alta, têm as "digitais" do governo. A combinação desses dois fatores explica o porquê de os juros no Brasil estarem tão altos e, provavelmente, ainda terem de subir mais na próxima reunião do Copom. Crescimento é bom, mas não com **inflação** alta, porque ele tem um prazo de validade após o aperto na política monetária. Se nossa política fiscal continuar nessa toada, podemos chegar a um equilíbrio ruim, no qual o crescimento fica limitado por uma **inflação** longe da meta e juros mais altos por um período mais longo", afirma. "E como diria o ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen: "Toda sociedade tem a **inflação** que merece", complementa.

Site:

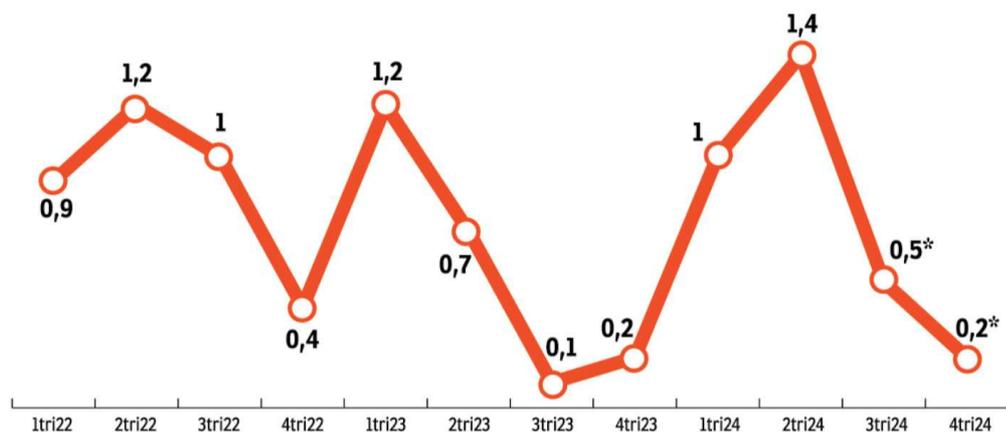
<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6389/09-09-2024.html?all=1>

Acima do esperado

O crescimento do PIB do segundo trimestre surpreendeu positivamente e desencadeou revisões para o PIB deste ano para mais perto de 3%, mas analistas alertam para desaceleração no segundo semestre

EVOLUÇÃO

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior — Em %



PRINCIPAIS DESTAQUES

No acumulado do semestre, crescimento da demanda e da oferta foi maior do que a média do PIB

Dados de Jan-Jun — Em %

Ótica da oferta	1sem23	1sem24
Agropecuária	-2,1	-2,9
Indústria	2,9	3,4
Serviços	2,4	3,3

Ótica da demanda	1sem23	1sem24
Consumo das famílias	3,3	4,6
Consumo do governo	2,8	2,9
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	-1,0	4,2

PIB	1sem23	1sem24
PIB	2,3	2,9



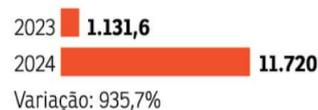
*previsão da XP Valdo Virgo/CB/D.A Press

AVANÇO DAS DESPESAS

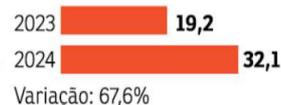
Conforme dados do Tesouro Nacional, mesmo com aumento da receita líquida (de 8,6%) em ritmo maior do que as despesas (de 7,8%), as contas públicas do primeiro semestre fecharam no vermelho em R\$ 77,8 bilhões. Veja quais gastos tiveram maior crescimento

Dados de Jan-Jun - Em R\$ bilhões

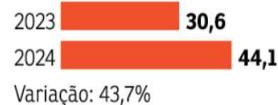
Créditos Extraordinários



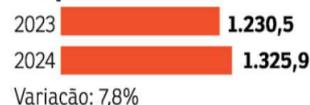
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)



Investimentos



Despesa total



Fontes: IBGE, Tesouro Nacional e XP Investimentos

Bancos e governo discutem "reforma" para crédito imobiliário voltar a crescer

CIRCE BONATELLI

Agentes do mercado e do governo estão construindo uma agenda com diversas iniciativas para fazer o crédito imobiliário crescer nos próximos anos a partir de novas fontes de recursos. A movimentação ganhou força após a avaliação de que a poupança - principal fonte até aqui para os financiamentos - não deve se recuperar após os saques de mais de R\$ 200 bilhões nos últimos três anos. O entendimento é de que é preciso procurar alternativas, ou o crédito ficará escasso e caro.

A participação do crédito imobiliário na economia nacional passou de 2% do **PIB**, no início dos anos 2000, para 10% em 2015. Desde então, não cresceu mais. Em parte, o avanço dos anos anteriores ocorreu graças à criação de ferramentas jurídicas, como a alienação fiduciária e o patrimônio de afetação, que deram mais segurança para os bancos emprestarem o dinheiro e, em caso de calote, retomarem as garantias.

O avanço também se deu pelo surgimento do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que se vale de recursos subsidiados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar o sonho da casa própria de pessoas de renda baixa.

Depois disso, a participação do crédito imobiliário no **PIB** parou de avançar, prejudicada pelo ambiente de juros altos e pelo esgotamento da poupança. "O crédito teve um crescimento muito grande. Mas, quando se olha os últimos dez anos, ficou estagnado, oscilando entre 9% e 10%", disse Marina Gontijo, sócia da Oliver Wyman.

A consultoria fez um raio-x do setor encomendado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Uma das constatações do estudo é de que o Brasil está atrás de outras economias similares quando o assunto é a participação do crédito imobiliário no **PIB**. O patamar nacional de 10% perde para o do México (11%), Índia (12%), África do Sul (18%), China (18%), Itália (23%), Chile (30%) e Cingapura (32%), por exemplo. "É importante olhar para esses países, com economias semelhantes à do Brasil, mas com crédito imobiliário muito mais desenvolvido", observou Marina.

O levantamento da Oliver Wyman apontou algumas

opções para destravar o setor.

Uma delas seria aperfeiçoar os instrumentos alternativos já existentes, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs). Outra opção, mais polêmica, seria introduzir uma taxa para mutuários que façam o pagamento antecipado dos financiamentos - situação que "frustra" a receita que os bancos teriam com juros ao longo do contrato.

Já a Caixa Econômica Federal, líder do segmento no País, defende a liberação de parte do compulsório bancário para abastecer o crédito imobiliário - proposta que ainda não tem a adesão do Banco Central.

Evolução Participação do crédito foi de 2% do **PIB**, no início dos anos 2000, para 10% em 2015. E parou de crescer

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Subir a Selic não é o único cenário possível"

JENNE ANDRADE E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Dalton Gardimam, Formado pela FGV, passou antes por Unibanco, CLSA e Bradesco. Está na Ágora Investimentos desde outubro de 2022

A reunião deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tem sido vista como uma das mais importantes dos últimos meses, depois que declarações de integrantes do próprio colegiado indicaram a possibilidade de retomada de alta da Selic - hoje, em 10,5% ao ano. Para Dalton Gardimam, economistachefe da Ágora Investimentos, há argumentos para justificar tanto essa alta quanto a manutenção da atual taxa básica de juros, mas a posição da casa neste momento é de cautela.

"Ainda não estou convencido de que a elevação da Selic é o único cenário possível", diz Gardimam. "Muita coisa pode acontecer, porque os dados estão volúveis." Segundo ele, a perspectiva de que a **inflação** desacelere nos próximos meses e o eventual corte nos juros dos EUA jogam a favor da manutenção da Selic.

Depois de ter atingido o ponto mais baixo do ano, o Ibovespa registrou uma reviravolta, cravando máxima histórica. Faz sentido?

Sim. O motor principal dessa reviravolta é a determinação do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) em cortar juros.

O mercado futuro está projetando 3,5% de juros para metade de 2025 nos EUA, lembrando que a taxa é hoje de 5,5%. Ou seja, o país tem um corte substancial pela frente e uma economia que, no momento, está bem. Entendo que teremos o "bem-estar" desses cortes entre 6 e 12 meses. Nesse momento, você cria um impulso muito claro para os emergentes.

Da seguinte forma: os juros nos EUA vão cair, isso aumenta o interesse pelas moedas emergentes, porque o dólar americano enfraquece em função dos juros mais baixos.

Soma-se a isso o fato de que tivemos uma acalmada na situação fiscal por aqui. Uma suavização do discurso do Executivo para com a parte fiscal, o

anúncio efetivo do contingenciamento de despesas e a meta de **inflação**. Depende muito de uma boa vontade, de um esforço, mas não é inatingível.

O que poderia provocar uma disrupção desse cenário?

Uma recessão americana. No discurso do simpósio de Jackson Hole, o presidente do Fed, Jerome Powell, deu duas mensagens.

A primeira é de que iria cortar juros, mas isso todo mundo sabia. A segunda mensagem foi de que ele esperava um "pouso suave" da economia americana, o que foi até mais surpreendente que todo o restante. Ou seja, cortes de juros, mas sem crise financeira.

Isso é muito favorável para preços de ativos. No passado, em praticamente todos os ciclos, toda vez que você teve um corte de juros, aquilo foi um prenúncio da recessão nos EUA. Um prenúncio de que o Fed estava vendo uma fraqueza pela frente e iria tentar minimizar os efeitos.

Quando você tem a hipótese de que não vai ter recessão, existe o melhor dos dois mundos. Existe claramente um ambiente favorável para a tomada de risco nesse cenário.

Mas qual a chance real de uma recessão?

Acho que é um evento que deve ser considerado em meados de 2025. Não dá para cravar ainda. Estamos passando a análise de "possível" para "provável" no ano que vem. Caso ocorra, terá efeito negativo nas ações nos EUA. Os efeitos no Brasil dessa provável recessão dependerão muito das políticas domésticas. Se perseverarmos em melhorar a política fiscal e ancorarmos a **inflação**, devemos passar bem por isso.

Mesmo com o corte de juros nos EUA, no Brasil temos um cenário de algumas casas já apontando uma necessidade de subir a taxa Selic para 12%.

Qual a sua visão?

O que eu posso dizer é o seguinte: é uma decisão técnica difícil. Eu tenho uma preferência por uma elevação da Selic nesse momento, só que não estou convencido de que é o único cenário possível. Tenho dificuldade em acreditar que é o cenário que o Banco

Central vai perseguir, porque existem argumentos para os dois lados (para manter ou subir a Selic). Por isso, o cenário-base da Ágora, por enquanto, é uma não elevação da Selic. Estamos fazendo um julgamento baseado em vários fatores e é interessante enfatizar que podemos mudar de ideia. Não estamos comprometidos com o processo, porque os dados estão volúveis.

E no meio dessas incertezas sobre a Selic, para onde vai o Ibovespa?

O Ibovespa vai para cima.

Por um motivo simples, que é o fluxo de capital vindo do estrangeiro. Se tivermos um aumento de juros no Brasil, talvez seja um dos menores e talvez o mais curto aumento de juros que teremos em décadas. A Bolsa está com um "valuation" (processo que analisa qual o valor de determinado ativo) barato. Se aumentar um ponto nos juros, ainda está ok. Por isso que eu acho que juros caindo nos EUA, fluxo entrando, juros subindo um pouco aqui, teremos um ambiente bem favorável para a Bolsa. Isso eu não tenho dúvida.

"Existem argumentos para os dois lados (para manter ou subir a taxa básica de juros). O cenário-base da Ágora, por enquanto, é uma não elevação da Selic"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Emprego sinaliza estabilidade, mas pode ter "virada" em 2025



Rodolpho Tobler: "Indústria teve recuperação que ajuda a puxar a confiança"

Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

Os dados mais recentes do emprego e do **PIB** do Brasil trouxeram dúvidas aos economistas sobre os rumos do mercado de trabalho no país. De um lado, há indícios de estabilização, ainda que em um patamar elevado. De outro, o desempenho surpreendente do **PIB** no segundo trimestre deixou analistas mais inseguros a respeito da tese de uma desaceleração muito pronunciada no segundo semestre.

A taxa de desemprego no Brasil caiu para 6,8% no trimestre encerrado em julho, o dado mais recente divulgado pelo IBGE para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Essa foi a menor taxa para o trimestre na série histórica. Ao mesmo tempo, houve abertura líquida de 188.021 vagas com carteira assinada em julho, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, resultado que ficou acima da expectativa mediana de 183.100 vagas captada pelo Valor Data.

O Santander estima que, até o fim do ano, a taxa de desemprego ainda cai a 6,6% e só volta a subir a partir do segundo trimestre de 2025, chegando a 7,2% em dezembro do ano que vem, o que ainda é considerada uma taxa historicamente baixa para o Brasil.

Inspirados por um estudo da distrital do Federal

Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) de Nova York, os economistas do banco avaliaram a correlação entre indicadores de confiança e o mercado de trabalho e se esses indicadores são capazes de antecipar movimentos do emprego.

Para isso, elaboraram uma série do "diferencial de emprego", que representa a diferença entre respondentes das pesquisas de confiança da FGV que dizem considerar difícil encontrar vaga de trabalho e aqueles que consideram fácil. Quanto maior o diferencial de emprego, mais a população percebe como difícil encontrar vaga.

Os economistas avaliaram, então, a correlação entre o diferencial de emprego e a taxa de desocupação em dois períodos: na recessão de 2014 a 2016 e no pós-pandemia, a partir de 2022. Observaram que o diferencial de emprego atual indica bem a tendência da taxa de desemprego oito meses à frente.

"Em fevereiro de 2014, observamos que os consumidores davam os primeiros sinais de que estava ficando mais difícil achar emprego. Em agosto de 2014, o diferencial atingiu 46,9%, o que, para a época, era um nível elevado. Aí, oito meses à frente, em abril de 2015, vimos a taxa de desemprego crescer 0,71% em relação a oito meses atrás, para 7,63%", aponta Ana Júlia Carvalho, economista do Santander e autora do estudo junto com

Felipe Kotinda. O diferencial de emprego cresceu ao longo de 2015 e 2016, chegando a 96,3% em novembro de 2016. Oito meses à frente, em julho de 2017, a taxa de desocupação estava em 12,8%.

"Em 2017 e 2018, observamos uma certa estabilidade tanto do diferencial de emprego quanto da taxa de desemprego e, em janeiro de 2019, vemos a primeira indicação de que estava ficando um pouco mais fácil achar trabalho. Oito meses à frente, vemos a taxa de desemprego arrefecendo", conta Carvalho, em referência à queda de 0,45% da desocupação em setembro de 2019, para 11,95%.

Desde janeiro de 2022, o diferencial de emprego vem caindo, indicando que as pessoas estão considerando cada vez mais fácil encontrar vaga, e a taxa de desocupação também vem recuando. Com o diferencial de emprego em 88,5% em janeiro de 2022,

a taxa de desocupação em setembro daquele ano recuou 2,5% em relação aos oito meses anteriores, para 8,83%. Em outubro de 2023, destaca Carvalho, o diferencial de emprego atingiu um nível muito abaixo daquele do ano anterior (59,7%, contra 78,6%), e o desemprego caiu para 6,8% em junho deste ano.

Pelos dados mais recentes compilados pelo Santander, em julho de 2024, o diferencial de emprego chegou a 48,6%, o mínimo desde 2015, observa Carvalho. "Isso que mostra que a taxa de desemprego deve continuar nessa tendência de queda até o primeiro trimestre do ano que vem", afirma.

Como a taxa de desemprego não é um dado de "alta frequência", ou seja, seus movimentos são mais suaves, Kotinda diz que a desocupação deve ficar três ou quatro divulgações em torno de 6,6% e, a partir do segundo trimestre, voltar a subir.

Rodolpho Tobler, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), coordenador das Sondagens Empresariais e de Indicadores de Mercado de Trabalho do instituto, diz que o novo cenário da política monetária, com parte das expectativas indicando manutenção ou alta da taxa básica de juros, ainda não afetou os indicadores de confiança.

"Temos observado, principalmente quando se olha a confiança empresarial nas sondagens da FGV, uma trajetória bem positiva. O ritmo não está muito forte, mas principalmente a indústria teve, este ano, uma recuperação, o que ajuda a puxar a confiança empresarial como um todo", afirma.

Para ele, os dados mais recentes do emprego mostram "indícios de estabilidade", mas no patamar de um mercado aquecido, disseminado entre as atividades e entre as ocupações, com crescimento no setor privado e público.

Tobler observa que a taxa de desocupação de 6,8% no trimestre até julho está apenas 0,1 ponto percentual abaixo da dos três meses encerrados em junho. "Realmente, temos muitos dados positivos este ano, mas não me parece que vai ficar nesse ritmo por muito tempo. Acho que o resultado de julho já dá algum indício de certa estabilidade", afirma. Ainda assim, a taxa deve permanecer muito próximo a 7% tanto em dezembro quanto na média de 2024, diz.

A dúvida entre economistas para o mercado de trabalho no segundo semestre é a mesma que ronda as perspectivas para o PIB: haverá desaceleração da economia no período? "Agora que a perspectiva é não ter mais queda da taxa básica de juros, voltamos a ter certa incerteza. A tendência é que o segundo semestre dê uma esfriada, sem esse ritmo tão forte

que observamos no início do ano, e o mercado de trabalho deve ir um pouco nessa linha", diz Tobler.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, vê até possibilidade de "reversão" no mercado de trabalho. A taxa de desemprego dessazonalizada pela gestora, por exemplo, já ficou estável entre os trimestres encerrados em junho e julho. "Foi a primeira vez que isso aconteceu em sete meses. É um número que mostra que talvez tenhamos até uma reversão na margem", afirma Leal.

O mercado de trabalho, diz, pode piorar um pouco nos próximos meses, até outubro, e voltar a melhorar depois, em razão da questão sazonal, com as contratações de fim de ano. Outro ponto que, na avaliação de Leal, sinaliza ao menos uma estabilidade do mercado são os rendimentos. O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitual ou efetivo, havia ultrapassado a tendência pré-pandemia em junho, aponta o economista. "Ficamos na dúvida se uma nova tendência seria criada com a continuidade da melhora do mercado de trabalho. O número de julho deu uma embicada de volta, para a tendência. Então, avaliamos que o mercado de trabalho chegou no equilíbrio."

O comportamento dos rendimentos na Pnad de julho também despertou atenção de Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores. A pesquisa, diz ele, trouxe pontos de alerta para o mercado de trabalho. "É a primeira vez que vemos tanto os rendimentos quanto a população ocupada darem uma desacelerada na margem com ajuste sazonal."

A desaceleração da população ocupada pode refletir alguma acomodação após vários meses de expansão, mas o movimento deverá ser monitorado com atenção nas próximas divulgações, diz Imaizumi. "Não é possível ainda tirar muitas conclusões dessas desacelerações, mas pode ser que isso esteja em linha também com a desaceleração da economia para o segundo semestre do ano."

Ao mesmo tempo, diz Imaizumi, o mercado de trabalho continua aquecido e devemos ver a geração de mais vagas formais no Caged. Mesmo com os pontos de atenção, a LCA tem sucessivas projeções de quedas da taxa de desemprego até o fim do ano. Para o trimestre até agosto, a expectativa é que a taxa recue a 6,7% e, até dezembro, ela pode estar próxima de 6%, segundo Imaizumi.

"Avaliamos que o mercado de trabalho chegou no equilíbrio."

Luis Otávio Leal

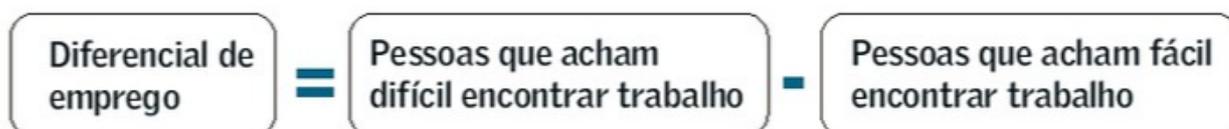
Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979?page=4
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979?page=4§ion=1)**

Sinais

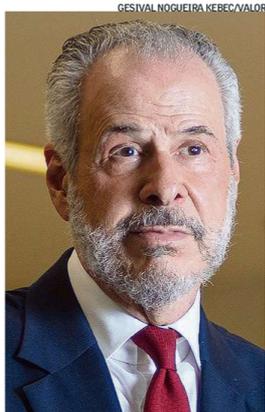
Confiança para achar emprego indica queda na desocupação

	Diferencial de emprego na data indicada (%)	Taxa de desemprego 8 meses à frente da data do diferencial de emprego (%)	Varição da taxa de desemprego em 8 meses (%)	
Fev/14	37,2	6,99	0,29	
Ago/14	46,9	7,63	0,71	
Jan/15	58,5	9,12	1,88	
Fev/15	60,9	9,39	2	
Abr/15	74,5	9,71	2,08	
Out/15	91,4	11,3	1,91	
Out/16	94,6	12,97	0,71	
Nov/16	96,3	12,8	0,29	
Jan/19	89,6	11,95	-0,45	
Jan/22	88,5	8,83	-2,5	
Out/22	78,6	7,96	-0,65	
Ago/23	68,2	7,17	-0,62	
Out/23	59,7	6,8	-1,12	
Abr/24	50,8	-	-	
Jul/24	48,6	-	-	



Fonte: Santander, com dados da FGV.

COP29 conta com apoio do G20 para avanços



"Países pobres têm mais dificuldades para acessar investimentos"
André C. do Lago

Victoria Netto Do Rio

A Conferência do Clima em Baku, no Azerbaijão (COP29), em novembro, vai definir os termos da nova meta para o financiamento climático (NCQG). A discussão considera as necessidades dos países em desenvolvimento e o papel dos países ricos. Para atingir os objetivos, o Azerbaijão espera ter o apoio de fóruns multilaterais como o G20, presidido pelo Brasil este ano, com discussões sobre a reforma do sistema financeiro global e finanças sustentáveis. O foco também se dá pela sucessão: em 2025, a COP30 será em Belém (PA).

Em 2009, em Copenhague, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, prazo depois estendido até 2025, para ajudar os países mais vulneráveis a mitigar e se adaptar às mudanças climáticas. O montante só foi atingido em 2022, quando chegou a US\$ 115,9 bilhões, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OC-DE). Agora, o tema volta à arena global para novas definições.

Historicamente, nas conferências climáticas, entendeu-se que os países ricos só chegaram ao nível de desenvolvimento em que estão a partir de um modelo econômico baseado em combustíveis fósseis. Significa que foram os que mais contribuíram para a

crise climática. Isso levou ao reconhecimento de que esses países deveriam tomar a liderança para "pagar a conta" e dar suporte de adaptação aos países em desenvolvimento.

O Azerbaijão, sede da conferência marcada para o período de 14 a 22 de novembro, tem buscado redes de cooperação para ações complementares às discussões da COP29. No encontro, também estarão em pauta avanços no Fundo de Resposta a Perdas e Danos, resultado das últimas duas conferências do clima. O evento também vai discutir a operacionalização do artigo 6 do Acordo de Paris, que trata da cooperação entre países. O Acordo de Paris foi firmado em 2015 e estabeleceu metas para limitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5°C.

O vice-chanceler do Azerbaijão e negociador-chefe da COP29, Yal-chin Rafiyev, disse ao Valor que a delegação brasileira está cooperando com o país em dois caminhos: tanto na presidência da COP30 quanto do G20, cuja Cúpula de Líderes também será em novembro. Rafiyev esteve no Rio para a conferência global da ONU sobre clima e sinergia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na semana passada.

"Nós concordamos em um programa de cooperação B2B, Baku to Belém, o qual prevê que quaisquer sucessos que forem alcançados em Baku podem ser complementados em Belém", afirmou Rafiyev. "Também esperamos que os países do G20 deem um sinal positivo e apoiem o resultado da COP29, principalmente no resultado financeiro."

Apesar de não fazer parte do grupo das maiores economias do mundo, o Azerbaijão participou de todas as reuniões dos grupos de trabalho e da força-tarefa de Clima do G20 a convite do Brasil. A delegação do Azerbaijão também estará presente nas negociações de finanças sustentáveis nesta segunda (9) e terça-feira (20), no Rio. Serão os últimos encontros antes da declaração final da Trilha de Finanças do G20, cuja Cúpula de Líderes será em 18 e 19 de novembro.

"O G20 é um mecanismo muito importante que, como coincidência positiva, o Brasil está presidindo este ano. Mais de 80% do PIB mundial foi acumulado no G20 e mais de 80% das emissões mundiais são dos países do G20. O papel do grupo nas negociações

climáticas e nas ações climáticas é muito importante, e qualquer sinal vindo da [Trilha de] Finanças do G20 e da Cúpula em novembro definitivamente pavimentará o resultado sucessivo da COP29", afirmou Rafiyev.

O embaixador brasileiro André Corrêa do Lago, que é secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), pontuou que a meta coletiva de financiamento climático da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e os valores discutidos no G20 têm objetivos distintos.

"Na Convenção do Clima, essa discussão do NCQG [meta de financiamento coletiva] é essencial, mas ela trata principalmente dos recursos concessionais, dos recursos públicos dos países ricos para os países pobres. O que nós estamos discutindo no G20 são os trilhões que precisam ser investidos nos principais países em desenvolvimento. Se esses investimentos realmente acontecerem, os recursos da Convenção poderão ser dirigidos, sobretudo, para os mais pobres. Esses, sim, são países que têm muito mais dificuldade de obter investimentos porque têm escala menor e são estruturalmente menos organizados", disse ao Valor.

Quanto à conferência em Baku, o negociador-chefe do Azerbaijão lembrou que há alguns desafios a serem enfrentados, como eleições em mais de 60 países este ano e preocupações com a própria definição da nova meta de financiamento climática, incluindo montante, escopo temporal, transparência, quem precisa investir e qualidade dos investimentos (empréstimos ou subsídios).

Segundo Rafiyev, o valor da meta ainda é uma incógnita. Ele evitou comentar as projeções do país para "não prejudicar os resultados do processo de negociação", mas enfatizou que este é um dos maiores problemas discutidos e que o país ainda está consultando as "Partes" - como são chamados os Estados-Parte da ONU.

"As propostas são bastante diversas. Alguns são favoráveis a bilhões de dólares e outros a trilhões. Mesmo em trilhões, alguns falam em US\$ 1,1 trilhão ou US\$ 1,2 trilhão e outros em US\$ 3,5 trilhões", disse o negociador-chefe.

Em 31 de agosto de 2023, 91 países em desenvolvimento divulgaram estimativas de necessidade financeira em suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs). O valor projetado somava US\$ 4,5 trilhões entre 2025 e 2040, segundo estudo publicado pela World Resources Institute (WRI) em novembro passado.

Embora o Acordo de Paris seja transparente sobre

quais países compõem o lado contribuidor e o lado beneficiário, alguns Estados-Parte defendem a ampliação dos critérios - como nível de emissões de CO2 e capacidades econômicas - para incluir nações que se definem como países em desenvolvimento na ala de concessão (quem vai pagar).

Lago classifica essa ideia como "quase imoral". Segundo ele, os países em desenvolvimento, como o Brasil e a China, têm investido maciçamente em suas próprias economias para combater problemas ambientais e para prover a descarbonização. O embaixador destacou, por exemplo, que o Brasil investe mais em seus esforços de preservação ambiental do que recebeu em fundos internacionais ao longo dos anos.

"É quase imoral os países ricos, que não deram os recursos que prometeram, acharem que podem dividir a conta com os países em desenvolvimento. Temos que investir nos nossos países e ainda dividir o peso do que os países ricos têm que fazer junto aos países mais pobres? Não, os países ricos deveriam fornecer os valores, que obviamente têm que ser mais de US\$ 100 bilhões", disse Lago. Ele se refere à meta definida em 2009.

Entre as possíveis rotas, o embaixador brasileiro destacou que seria importante se houvesse um estímulo financeiro para os países que apresentarem NDCs ambiciosas. A COP29 defende "aumentar a ambição e viabilizar a ação" para conservar os propósitos do Acordo de Paris. O primeiro aspecto envolve as NDCs ousadas, Planos Nacionais de Adaptação e Relatórios de Transparência Bienais. Já o segundo considera financiamento, tecnologia e capacitação.

A secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, avalia que "ninguém está esperando" que o dinheiro de países desenvolvidos venha para países em desenvolvimento como o Brasil, mas que é necessário haver cooperação. "Países emergentes não têm espaço fiscal, e países vulneráveis e pequenas ilhas têm ainda menos. O apoio não é para tirar a responsabilidade dos governos domésticos, é sobre cooperar".

"Países pobres têm mais dificuldades para acessar investimentos" André C. do Lago

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979?page=4§ion=1>

Preço de importações cai e reduz pressão do dólar (Editorial)

Com a demanda doméstica em aceleração, os saldos comerciais do Brasil começaram a cair. A balança teve seu menor resultado positivo em agosto, de R\$ 4,82 bilhões. No acumulado do ano, o superávit encolheu de R\$ 62,4 bilhões, no mesmo período de 2023, para US\$ 54,07 bilhões agora.

A situação é muito confortável nas contas externas e o país pode conviver com saldos menores por um bom tempo.

O aumento das importações, de 13% no acumulado do ano, apesar da queda de 6,5% nas vendas externas, traz boas notícias. Uma delas é que as compras de bens de capital foram robustas: avançaram 18%, convivendo com a elevação da produção doméstica desse setor. Esse é um sinal positivo de aumento de investimentos.

A diminuição do tamanho dos superávits afeta de imediato o câmbio contratado. Até há pouco, os recursos internalizados com as exportações ajudaram a equilibrar o balanço cambial, que acusou saídas significativas pelo câmbio financeiro.

Haverá alguma inversão agora. Em agosto o saldo cambial foi negativo em US\$ 2,69 bilhões, fruto da diferença de saídas financeiras de US\$ 5,18 bilhões e ingressos de vendas externas de US\$ 2,48 bilhões. O desempenho do balanço de pagamentos, que é o mais relevante, segue tranquilo. O déficit em julho foi de 1,56% do **PIB**, coberto com folga com os investimentos diretos no país, de 3,21% do **PIB**.

Com a valorização do dólar, o aumento das importações contribui para alguma pressão sobre os preços internos. O Copom registrou essa preocupação em sua última ata, mostrando que essa seria a consequência de o dólar encontrar um novo patamar no curto prazo. No ano, até sexta-feira, a moeda americana aumentou 14,8% em relação ao real, alta de considerável magnitude.

No entanto, os preços das importações estão caindo bem. No acumulado do ano até agosto, eles recuaram 7,8%. Mais importante, em relação às principais compras que influem nos preços dos bens industriais, também há queda de preços. No caso dos bens de capital, segundo dados da Secex, as importações estão 3,9% mais baratas no ano, e no dos bens

intermediários, insumos que entram na produção de bens finais, o recuo é expressivo, de 10,3%. O mesmo fenômeno não acontece nas compras externas de bens de consumo, para as quais os preços caíram apenas 0,3%.

Há algum alívio para os preços domésticos com as commodities em agosto. Vários bens agrícolas, de energia e minerais seguem as cotações externas e, no mês passado, elas mantiveram tendência de queda. Em dólares, os bens agrícolas encolheram 2,78%, os da energia, 2,52% e os dos metais, 1,71%. Essa evolução prejudica até certo ponto a remuneração dos exportadores de commodities, nas quais se destacam nas primeiras posições a soja e o petróleo e seus derivados. No entanto, a queda dos preços das vendas externas foi de 3,3%, menos da metade da ocorrida nas importações, indicando que a relação de trocas foi vantajosa para o país.

A comparação entre os preços das importações dos países que vendem mercadorias ao Brasil mostra que a queda vem quase que inteiramente da China, seu maior parceiro comercial. Os US\$ 41,2 bilhões importados - praticamente um quarto do total geral - foram a preços 14,2% menores. Não há queda remotamente parecida registrada com outras nações. Nas exportações brasileiras para China, Hong Kong e Macau, de US\$ 70,3 bilhões, praticamente um terço dos US\$ 227 bilhões vendidos pelo Brasil no exterior, os preços recuaram menos, 6,7%.

Outro dado positivo da balança é que o Brasil aumentou suas exportações para os Estados Unidos e a União Européia, além de China e Ásia. A nota negativa é a Argentina, cujas vendas caíram 34,1% no acumulado do ano. É uma queda relevante, porque a Argentina, como os vizinhos da América do Sul, adquirem principalmente bens manufaturados do Brasil. O Brasil teve pequenos déficits no ano no comércio com EUA e UE, e manteve um resultado positivo grande com os chineses, de US\$ 29 bilhões, garantindo mais da metade do superávit da balança, de US\$ 54,07 bilhões.

O avanço das importações a um ritmo mais intenso que exportações reduziu as previsões do saldo comercial para US\$ 78 bilhões, na estimativa da Secex, e bem abaixo disso pelo Banco Central, US\$ 59 bilhões. Pela evolução da balança, o saldo deverá

ultrapassar com alguma folga a previsão do BC, a menos que o resultado passe a ser deficitário em um ou mais dos quatro meses que faltam para fechar o ano. Caso prossiga o aquecimento do mercado interno, expresso no crescimento do **PIB** do segundo trimestre, de 3,3% em doze meses, a redução do resultado positivo entre compras e vendas externas é possível.

Por outro lado, quanto aos preços domésticos, há previsão de queda ou estabilidade nas principais commodities, em especial porque a China deve crescer menos, o que ajuda a **inflação** se o dólar ficar bem comportado ou recuar com mais força a partir deste mês, quando o Federal Reserve dos Estados Unidos começará a reduzir sua taxa de juros. Uma reversão da trajetória do dólar retiraria um fator de pressão importante sobre o IPCA.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979?page=4
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979?page=4§ion=1)**

Taxa de juros no Brasil e o regime fiscal (Artigo)



Por Ricardo Barboza e Bráulio Borges

Ricardo Barboza é pesquisador associado da FGVIBRE, professor do 1BMEC e mestre pela PUC-Rio.

Bráulio Borges é pesquisador associado da FGVIBRE, economista-sênior da LCA Consultores e mestre pela USP.

As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.

*

É bastante provável que o Federal Reserve comece a reduzir a taxa básica de juros norte-americana em sua próxima reunião, em setembro. Essa taxa está, desde agosto de 2023, no intervalo de 5,25% a 5,5% ao ano, patamar mais elevado dos últimos 20 anos.

As projeções de consenso mais recentes indicam que o juro norte-americano deverá fechar 2024 abaixo dos 5% ao ano, caminhando para algo entre 3% e 3,5% ao ano até o final de 2025 e convergindo para cerca de 2,5% a 3% de 2026 em diante, patamar considerado "neutro" por lá.

No Brasil, o processo de redução da taxa de juros começou há mais de um ano, em agosto de 2023, mas estancou recentemente, com a taxa básica em 10,5% ao ano, nível ainda muito acima do "neutro" estimado atualmente para o Brasil, entre 8,5% e 9% ao ano.

A pausa no processo de redução da Selic foi motivada por: (i) surpresas inflacionárias (o IPCA veio acima das expectativas de curto prazo do BCB em 6 dos últimos 8 meses); (ii) surpresas positivas com a atividade econômica (o PIB brasileiro deverá crescer entre 2,5% e 3% neste ano, bem acima do +1,6% esperado pelo

mercado no começo do ano); (iii) uma depreciação cambial de quase 15% desde o começo desse ano; e (iv) uma desancoragem (adicional) das expectativas de **inflação** no médio prazo.

Esse quadro elevou as projeções de **inflação** feitas pelo BC para o horizonte relevante (começo de 2026, seguindo a nova referência adotada no âmbito das metas contínuas) e piorou o balanço de riscos que envolvem tais projeções. Diante desse cenário mais adverso, alguns analistas vêm defendendo alguma elevação da Selic nos próximos meses - movimento que se observa também nas taxas de juros de mercado (que embutem quase 150 bps de alta de juros neste ano).

O descompasso entre as políticas monetárias no Brasil e nos EUA trouxe à tona, mais uma vez, o debate sobre o (alto) nível da taxa de juros no Brasil. Iremos explorar essa questão neste artigo a partir da evolução do diferencial entre juros interno e externo, uma vez que, na medida em que o Brasil é uma pequena economia aberta com mobilidade imperfeita de capitais, o juro nas economias centrais corresponde a um importante condicionante do juro doméstico, via arbitragem de juros.

O gráfico apresenta o "excesso" de Selic real ex-ante comparativamente ao juro real ex-ante de 1 ano norte-americano calculado pelo Fed de Cleveland, já ajustando isso pelo risco-país brasileiro (EMBI+). Como as expectativas de **inflação** no Brasil não eram coletadas até 2000, utilizamos o IPCA observado 6 meses à frente, anualizado, como proxy das expectativas entre 1995 e 2000.

Como pode ser notado, tal "excesso" está, hoje, em um nível relativamente próximo da média dos últimos 10 anos (+1,7 p.p.). Ceteris paribus, caso a FFR realmente recue uns 2,5 a 3 p.p. nos próximos 2 anos, a Selic teria espaço para recuar para algo em torno de 8% a.a. até 2026 - que resultaria em um juro real no Brasil de 4,3%, levando em conta as expectativas atuais para o IPCA em 2026 (+3,5%).

A figura também revela que o "excesso" de juros recuou consideravelmente ao longo dos últimos 30 anos: de cerca de +14 p.p. em 1995-98 (período de câmbio semifixo e elevada fragilidade nas contas externas) para +3,4 p.p. em 1999-2014 (período ao

longo do qual as reservas internacionais brasileiras passaram de US\$ 36 bilhões para US\$ 364 bi) e +1,7 p.p. em 2015-24.

As razões que explicariam o "excesso" de taxa de juros no Brasil podem estar associadas tanto a fatores mais conjunturais/temporários, como a fatores mais estruturais/persistentes. Por exemplo: se existe expectativa de depreciação da taxa de câmbio nominal (refletindo, por exemplo, um temor de piora fiscal), é preciso "compensar" isso no diferencial de juros interno-externo ajustado pelo risco, de modo a manter a atratividade dos ativos domésticos para os investidores estrangeiros. Pode haver também pouca sincronia entre os distintos estágios do ciclo econômico doméstico e externo, dentre outros possíveis drivers.

A própria mobilidade imperfeita de capitais está associada a algumas "fricções" que, na prática, podem ensejar a cobrança de algum prêmio adicional ante o risco-país. Em tese, uma abertura completa da conta capital-financeira poderia zerar esse "excesso" de juros. Contudo, isso também elevaria os riscos associados à estabilidade financeira doméstica, além de tornar nossa política monetária totalmente dependente da política monetária das economias centrais.

Mas as opções para reduzir o juro de forma estrutural no Brasil não se limitam àquelas que impactariam o "excesso" de Selic. Alterações no prêmio de risco-país também poderiam viabilizar isso. O EMBI+ brasileiro está hoje em torno de 220 pontos-base. Embora seja um nível historicamente baixo para os padrões nacionais (a média em 1995-2023 foi de 470 pbs), o risco-país brasileiro ainda está cerca de 100 pontos-base acima do observado em outros emergentes que estão nos primeiros níveis da escala de grau de investimento (posição que o Brasil sustentou entre 2008 e 2015). Sabemos que essa posição desfavorável do Brasil não se deve à solvência externa, que vai muito bem, mas sim à fragilidade fiscal.

Países emergentes com grau de investimento apresentam uma dívida pública líquida sobre o **PIB** de 55% ou menos, contra uma leitura de 63% desse indicador hoje no Brasil (e que deve continuar subindo enquanto o resultado primário do setor público não se aproximar de +1% do **PIB**).

Ou seja, não podemos desconsiderar as importantes conexões que existem entre política fiscal, nas suas várias dimensões (impulso sobre a demanda agregada, sustentabilidade da dívida e eficiência alocativa) e política monetária. Embora muitos tratem as duas como independentes, elas estão

umbilicalmente conectadas: consolidação fiscal reduz a taxa de juros e um aperto monetário eleva o déficit nominal (hoje, cada 100 bps a mais de Selic representam um custo fiscal de quase R\$ 50 bilhões/ano).

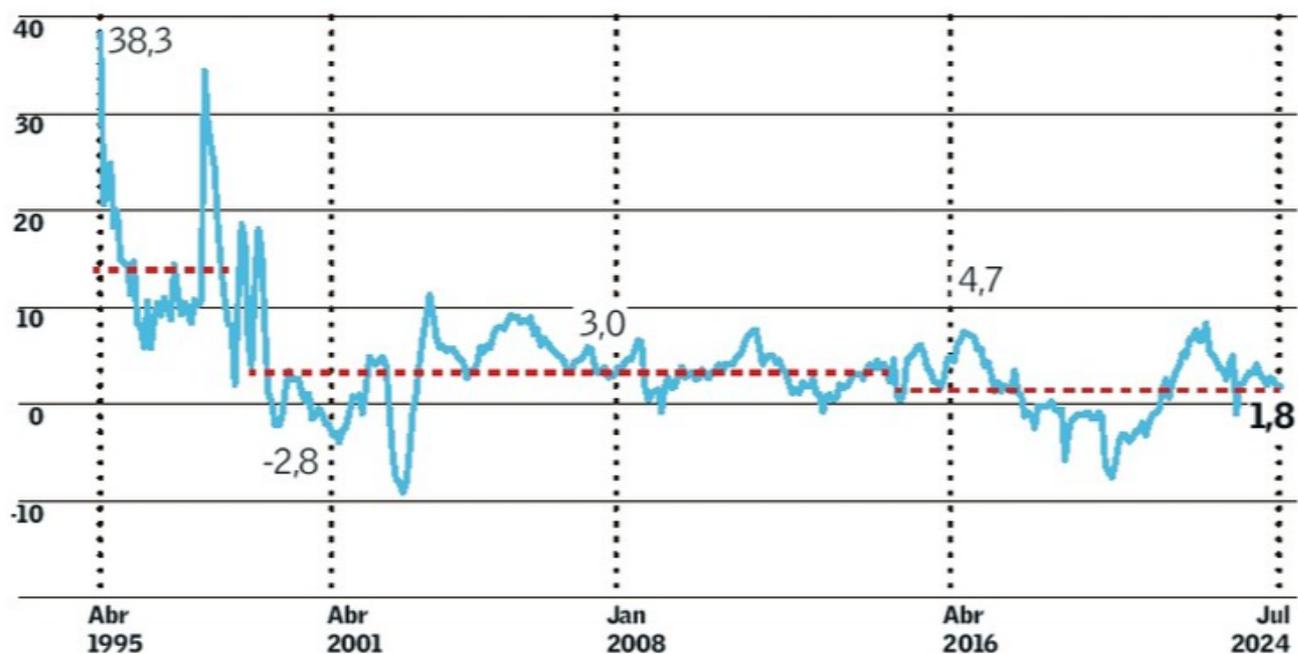
Por isso, é muito importante o atingimento das metas do novo arcabouço fiscal. Trata-se de um caminho factível para o país ter juros estruturalmente mais baixos. Afinal, juros elevados inibem o investimento, comprometem a produtividade, limitam o crescimento potencial, reduzem a geração de empregos e diminuem a participação da indústria no **PIB** - sem contar que agravam a já acentuada desigualdade na distribuição de renda.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187979?page=4§ion=1>

Excesso de juro

Selic real e juro real de 1 ano nos EUA, descontado EMBI+ do Brasil



Fonte: diversas. Média mensal em p.p. Última leitura julho de 2024